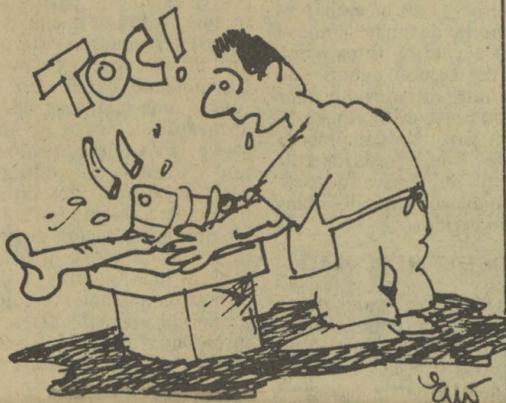
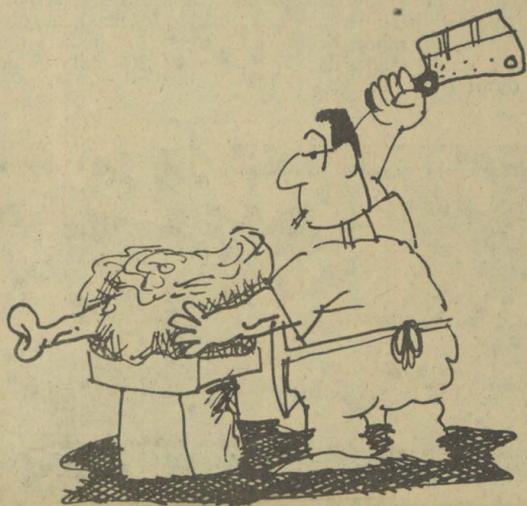


DEBATE NA TV

Esquenta a disputa na sucessão paulista



O papel do debate ao vivo pela televisão na acirrada e indefinida disputa entre Paulo Maluf, Antônio Ermírio e Orestes Quércia pelo governo de São Paulo. Por que Paulo Maluf prefere que os três candidatos cheguem embolados em novembro - e por que Antônio Ermírio se esforça para pôr a candidatura Quércia a pique antes de 14 de setembro. **Página 3**

Começa a rachar o esquema militar do ditador Pinochet

Além da oposição democrática e popular, o tirano enfrenta também disputas nas Forças Armadas. **Pág. 2**

EDITORIAL

Constituinte com povo

Nos principais centros políticos do país a campanha eleitoral até agora tem se apoiado basicamente no poder econômico. A mobilização do povo para discutir os problemas maiores do país, em particular as teses para a Constituinte, é cuidadosamente evitada.

As sucessões estaduais são colocadas em primeiro plano, em detrimento do debate em torno da Carta Magna.

Isto não acontece por acaso. O projeto da grande burguesia, de estabelecer um sistema político e econômico sob seu controle, só pode se realizar a contento através de manobras de cúpula, sem a efetiva participação de massas. Desta forma os poderosos almejam retocar a velha e carcomida estrutura vigente, modificar os esquemas mais flagrantemente inoperantes, contornar distorções mais sentidas e marchar para um desenvolvimento que garanta melhores posições à burguesia industrial.

As correntes populares e democráticas, interessadas em mudanças em profundidade e em garantir legítimos direitos do povo, encontram-se diante da tarefa urgente de colocar os temas nacionais em discussão e de envolver o grande público no trabalho de elaboração da Lei Maior do país. E, como corolário, preparar movimentos de massas visando pressionar a Constituinte e conquistar as transformações almejadas.

Ganha importância por isto mesmo o comício marcado em São Paulo, para o dia 29, na Praça da Sé. Será uma ocasião de tratar da sucessão estadual que tem efetiva importância mas de articular esta disputa com o debate das teses para a Constituinte.

Em todo o Brasil esta questão de tomar as praças públicas, de dar continuidade à agitação de idéias iniciada com a grandiosa jornada das diretas, está em pauta. Não deixar de lado o trabalho cotidiano, de casa em casa,

de porta de fábrica, que tem enorme valor. Mas complementar este trabalho miúdo com ações de envergadura que polarizem as atenções.

As classes dominantes a partir do próximo mês ocuparão as telas de TV, em regime de quase monopólio, para difundir suas idéias. O povo terá que encontrar formas de se contrapor aos meios de comunicação multiplicando os debates, as reuniões, os comícios. Não pode haver um dia sem mobilização intensa do povo, sempre colocando em pauta temas que serão objeto da Constituinte.

As sucessões estaduais têm o seu valor e não podem ser abandonadas. Mas ao povo interessa que estas questões locais estejam referenciadas aos problemas nacionais. Que os próprios candidatos a governador se comprometam de público com uma Carta Magna moderna, democrática, que defenda a soberania nacional, que trate com energia do problema da propriedade da terra, que assegure os direitos da mulher, que registre conquistas básicas dos trabalhadores no terreno social.

Ao lado da discussão dos temas, é questão chave eleger uma forte bancada democrática para defender as mudanças na Constituinte. Seus nomes devem ocupar as ruas, penetrar nos sindicatos e associações. Iniciativas que chamem a atenção do povo, que estimulem a discussão, merecem a maior atenção dos comitês de campanha. Na própria televisão, é necessário enfrentar a falta de recursos materiais com a criatividade. Testemunhos diretos do povo, entrevistas, opiniões de líderes operários e populares, tudo isto pode ajudar a mobilizar a opinião pública.

Ao mesmo tempo que se desenrola a campanha eleitoral, avolumam-se os movimentos reivindicatórios. Os candidatos populares devem articular as duas coisas em sua propaganda. Os problemas maiores estão diretamente ligados com os anseios do povo na luta quotidiana.



Nos supermercados, feiras, bairros, empresas, hospitais, as pessoas pedem para assinar as cinco exigências.

Abaixo-assinado faz sucesso entre o povo

Primeiros êxitos do abaixo-assinado gigante em defesa do congelamento. **Pág. 10**

Campanha nacional unifica bancários

Após o dia nacional de protesto, surge a proposta de uma paralisação nacional de advertência aos banqueiros. **Pág. 6**

Latifúndio mata pai de família na Bahia

Deraldo Santos, líder dos posseiros da fazenda Marambaia, em Itacaré, pai de 4 filhos, foi fuzilado por pistoleiros dia 11. Leia na pág. 6

CGT gaúcha reúne mil delegados em congresso

Sindicatos do RS propõem criação de uma bancada classista no parlamento. **Pág. 7**

BC comprova que dívida externa prejudica o país

Dados do Banco Central põem em evidência a espoliação imperialista pela dívida. **Pág. 4**

Disputas internas aumentam o isolamento de Pinochet

O mês de agosto começou com maus presságios para o ditador chileno, general Augusto Pinochet. Duas decisões da Justiça sobre casos de violação dos direitos humanos, além da investigação de um terceiro, expuseram as rachaduras abertas entre os diversos segmentos militares e aumentaram o isolamento interno e externo da ditadura agonizante.

No último dia 14, o juiz Carlos Cerda emitiu ordens de prisão contra 32 entre os 38 militares e dois civis acusados pela morte de dez presos políticos dados como "desaparecidos" em 1976. Entre os citados estão o ex-comandante da Força Aérea e ex-integrante da junta de governo, brigadeiro Gustavo Leigh, e os atuais comandantes da Força Aérea e dos Carabineiros (polícia militar chilena).

Dias antes, a Justiça Militar surpreendera a opinião pública ao incriminar o tenente Pedro Fernandez e abrir inquérito contra 24 seus comandados. Eles seriam os responsáveis pela atrocidade conhecida como "caso dos queimados": durante a greve geral do início de julho, o fotógrafo Rodrigo Rojas, de 19 anos, e sua colega Carmen Quintana, foram queimados vivos pelos militares e abandonados na periferia de Santiago. Rodrigo morreu horas depois e Carmen se encontra gravemente ferida num hospital da capital chilena.

Semanas antes, o juiz civil encarregado das investigações do caso ordenara a soltura dos acusados e limitou-se a acusar o tenente por "homicídio não premeditado". As "más notícias" haviam começado no dia 8, quando foi aberto inquérito para apurar a morte do dirigente estudantil Mario Martinez, secretário geral do Conselho das Confederações Universitárias do Chile.

ALGOZES DELATAM-SE

Em agosto do ano passado, o juiz José Canovas indicou 14 carabineiros no chamado "caso dos degolados": o assassinato do professor Manuel Guerrero, do pintor Santiago Nattino e de José Manuel Parada, funcionário do Vicariato da Solidariedade, organismo de defesa dos direitos humanos vinculado à arquidiocese de Santiago.

O relatório de 2 mil páginas apresentado pelo juiz foi uma peça demolidora contra as forças de repressão. Principalmente porque boa parte das informações (as mais decisivas) foram fornecidas pelo principal organismo de segurança da

ditadura chilena: a tenebrosa CNI (Central Nacional de Informações), sucessora da não menos sinistra DINA (Direção Nacional de Informações).

Segundo apurou o juiz Canovas, Guerrero e Parada foram seqüestrados à vista de dezenas de alunos na porta da escola em que o primeiro lecionava e a filha do segundo estudava; Santiago Nattino foi detido em plena rua, no centro de Santiago, sob os olhares de numerosos pedestres. Durante toda a operação, um helicóptero portando o símbolo dos carabineiros sobrevoou ostensivamente a área. Com base no depoimento das testemunhas, em 24 horas estava feito o retrato falado dos seqüestrados; sua identidade, além das de outros integrantes da Dicomcar (o serviço secreto do corpo de carabineiros), foi fornecida por agentes da CNI.

O episódio dos "degolados" parece confirmar uma tendência à desagregação entre os agentes da repressão do regime pinochetista. Ao que tudo indica temerosos de se verem implicados nos sucessivos assassinatos que vêm à tona, os torturadores "delatam-se" uns aos outros, na esperança de salvar a própria pele. Seus comandantes tratam de tentar preservar a própria imagem, atribuindo a outros segmentos militares as responsabilidades pelo massacre dos opositores após o golpe militar de setembro de 1973.

Segundo consta, os "rachas" começaram já em fins de 1975, quando Exército, Marinha e a DINA retiraram-se do recém-formado Comando Unido. Este organismo destinou-se a coordenar as operações dos órgãos de segurança das diversas forças armadas, mas foi sediado a princípio na Força Aérea; com a "cisão", seu comando foi instalado no quartel-general da Dicomcar.

FAZ DENÚNCIAS

Como resultado do "caso dos degolados", ocorreu uma "degola" também nos altos escalões da ditadura. O general Cesar Mendoza, comandante dos carabineiros, demitiu-se; cinco outros generais e mais 17



As manifestações de rua debilitam a ditadura no Chile

coronéis da corporação foram transferidos para a reserva; o diretor da Dicomcar, coronel Luis Fontaine, e seu subdiretor foram presos e o organismo repressivo foi extinto.

O mesmo fenômeno do "salve-se quem puder" permitiu ao juiz Carlos Cerda reabrir, em outubro de 1984, o caso do desaparecimento de dez dirigentes opositores, em 1976. Desta vez, a "ajuda" veio na entrevista concedida por um desertor do serviço secreto da Aeronáutica. Além de dissecar a estrutura do Comando Unido e revelar a identidade de seus principais dirigentes, Andrés Valenzuela relatou como foi a morte dos dez presos: "Eles os embarcaram a bordo de um helicóptero (...). O agente da força aérea 'Fifo' me contou depois que eles foram atirados ao mar perto do porto de Santo Antônio". A partir do depoimento de "Fifo", o juiz Cerda identificou os 38 militares e dois civis agora indiciados, três dos quais já estão detidos.

PINOCHET REPUDIADO

Mas não é só a rivalidade e o jogo de empurra entre os organismos repressivos que possibilitam estas decisões judiciais, inimagináveis há alguns meses. Afinal, nos últimos doze anos o Vicariato da Solidariedade apresentou nada menos que 8 mil pedidos de habeas corpus, 90% dos quais negados pela Justiça. Ainda em janeiro, os carabineiros incriminados no "caso dos degolados" foram soltos e, pouco depois, a "junta legislativa" — cuja composição é idêntica à da junta militar que governa o Chile — modificou o código penal militar. A partir de agora, oficiais condenados cumprirão pena nas próprias unidades em que servem (!) e

generais responderão a intimações da Justiça em hora e local por eles mesmos determinados (!!!).

Por trás deste quadro está o crescente isolamento interno e externo da ditadura e o repúdio generalizado à figura do general Pinochet. Quem dá uma idéia da situação é o próprio ministro do Exterior da ditadura, Jaime del Valle. Na sua avaliação, citada pelo "New York Times", "90% dos países são inimigos do Chile"; na verdade, a rigor, apenas dois países alinham-se hoje incondicionalmente com o regime de Santiago: África do Sul e Paraguai.

A violência sempre crescente da repressão, em particular o recente "caso dos queimados", parece ter aguçado este quadro. Já no começo do mês, a Comunidade Econômica Européia ameaçou suspender a aprovação de novos empréstimos para o Chile enquanto não houver "mudanças substantivas" na situação dos direitos humanos. E mesmo os Estados Unidos, patrocinador do golpe militar de 73, parecem ensaiar críticas mais abertas à ditadura, abandonando a "diplomacia do silêncio". Desde a morte do fotógrafo Rodrigo Rojas, que vivia com sua mãe nos EUA, repetem-se manifestações abertas de censura a Pinochet da parte de funcionários do governo Reagan.

A mais grave de todas elas foi a do subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Elliot Abrams, que chegou a insinuar que os delegados dos EUA nos organismos financeiros poderiam dificultar ao máximo um empréstimo de 550 milhões de dólares pretendido pelo Chile junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tudo indica estar em curso uma manobra articulada de Washington para retirar da cena o desgastado e odiado Pinochet, substituindo-o por outro "de confiança".

Pela atual "Constituição" — aprovada em um "plebiscito" realizado em 1980, sob estado de sítio —, o "mandato" do tirano termina em 1989, quando deverá ser "escolhido" em novo "plebiscito" seu sucessor até 1997. Ao mesmo tempo em que o ditador se lança em campanha, no jornal governista "La Nación" seu programa e repudia as "interferências" dos EUA, os comandantes da Marinha e Aeronáutica afirmam publicamente que o candidato "não está escolhido". A revista de oposição *Cauce* informou que em junho a Marinha teria abortado uma tentativa de golpe patrocinada por Pinochet, que afastaria seu comandante. As rachaduras cada vez mais profundas entre os membros da Junta somam-se à crescente unidade alcançada pela oposição (de que é exemplo a greve geral de julho) para anunciar por quem dobram os sinos de Santiago. (Pedro Ivo)



Os "contra" terão mais dólares para suas atrocidades na Nicarágua

EUA aumentam verbas para os criminosos somozistas

O Senado norte-americano aprovou, no último dia 13, por 53 votos contra 47, uma ajuda de 100 milhões de dólares aos contra-revolucionários anticomunistas que há cinco anos lutam para derrubar o governo da Nicarágua. Para o presidente nicaraguense Daniel Ortega, mais essa ajuda dos "contras" somozista é "uma declaração de guerra" ao seu país. Para Reagan, a decisão do Senado — ratificando a aprovação da ajuda aos "contras", aprovada em junho pela Câmara dos Representantes — foi "sábia" e "histórica".

A proposta de ajuda aos "contras" está incluída na lei de apropriações para construções militares que vai permitir a entrega de mais 300 milhões de dólares aos governos aliados da América Central: Honduras -

principal base dos "contras" - El Salvador, Costa Rica e Guatemala.

No dia 18, sete civis morreram com a explosão de minas em uma estrada de Jinotega, colocadas pelos "contras". Nessa mesma região, no dia 24 de julho, sete soldados sandinistas foram mortos, também pela explosão de uma mina e no início de agosto, mais 32 pessoas morreram, entre as quais 12 crianças em outro atentado. O incidente do dia 18 coincidiu com as informações divulgadas pelo jornal *Washington Times* de que o principal grupo dos anticomunistas somozistas (a FND), comprará mísseis artilharia, quando for liberada a primeira parcela da ajuda norte-americana de 100 milhões de dólares.



Manifestantes paquistaneses nas ruas de Caráchi, contra a ditadura

Assassinatos e prisões em massa no Paquistão

Apesar da prisão de cerca de 400 dirigentes opositores na véspera do 39º aniversário da independência do país, no dia 14, os paquistaneses saíram às ruas, em várias cidades, para pedir eleições livres e a queda do governo. Durante os sete dias seguintes de manifestações populares, violentamente reprimidas pela polícia do general Zia Ul-Hak, 16 pessoas morreram e cerca de 300 ficaram feridas, segundo dados oficiais. De

acordo com a oposição, 10.000 pessoas foram presas e o número de mortos chega a 40.

As manifestações no dia da independência tinham sido convocadas pelo Movimento pela Restauração da Democracia, que reúne 11 partidos, entre os quais o de Benazir Bhutto, filha do ex-presidente Zulfikar Ali Bhutto, que foi deposto por Zia Ul-Hak em 1977 e executado dois anos depois, acusado de "alta traição".

Congresso do PTA definirá novas metas do socialismo

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia convocou o IX Congresso do PTA, que se reunirá de 3 a 8 de novembro. Da ordem do dia constam o informe sobre a atividade do PTA e suas tarefas para o futuro; o informe do primeiro secretário do partido, Ramiz Alia; as diretrizes para o VIII Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia e da cultura no país entre 1986-1990; a eleição para os órgãos centrais do partido, entre outros pontos. Cada 90 membros do partido terão direito a eleger um delegado com direito a voto decisório, e cada 90 candidatos a membros do partido elegerão um delegado com voto consultivo.

O Comitê Central do PTA pretende que a convocatória do IX Congresso "sirva como estímulo e nova fonte de inspiração para que se liberem as energias criadoras e a iniciativa de nossa gente, adquiram impulso as competições e a emulação socialista, se desenvolva ainda mais o movimento de inovadores e racionalizadores da produção, se eleve ainda mais o espírito das ações para alcançar o congresso com novos êxitos e vitórias".

Continua a direção do PTA: "O Comitê Central do partido chama a todos os trabalhadores, à classe operária, ao campesinato cooperativista, à juventude e às mulheres, aos veteranos e militares a que, com unidade de aço e com elevado espírito patriótico e revolucionário, se multipliquem os esforços e se mobilizem todas as forças para realizar e suplantarem as tarefas em todas as frentes da construção socialista, para potenciar e elevar a obra imortal do partido e do camarada Enver Hoxha: Albânia Socialista".

Encerra o pleno do comitê central afirmando: "À frente destes esforços, ali onde se exige maior decisão, valor e espírito de sacrifício, deverão estar os membros do partido, destacando-se pela correção e honestidade, pela abnegação e justiça, pelo trabalho incansável e luta decisiva. Com seu exemplo e palavra sábia e ardorosa do partido, deverão inspirar e mobilizar às massas, educá-las e dirigi-las nas novas batalhas do ano de 1986, primeiro ano do oitavo quinquênio. Deverão servir também a este objetivo as assembleias e as conferências de prestação de contas e eleições no partido".



Os militares já disputam entre si a sucessão de Pinochet (ao centro), que não quer ceder o poder

"Reforma" do apartheid é rechaçada

Dentro do plano de "reforma" do apartheid, o governo sul-africano acenou aos negros, no dia 13, com a possibilidade de votar para eleger seus representantes a um Conselho Nacional inter-racial, que teria a função apenas consultiva para o regime racista. O Congresso Nacional Africano reagiu à proposta afirmando que "não é nada de novo - eles simplesmente estão jogando com conceitos, dizendo de forma diferente as mesmas coi-

sas que vêm dizendo desde que começaram com as reformas".

A criação de um conselho inter-racial para assessorar o governo foi proposta (e rejeitada pela liderança negra) em janeiro pelo presidente Pieter Botha. Na época, Botha afirmou que seria formado um conselho de dez negros, escolhidos pelo governo de minoria branca, para participar de negociações visando introduzir algumas reformas no sistema

de segregação racial.

Na "nova" proposta de conceder direito parcial de voto aos negros ficam excluídos os residentes nos bantustões - reservas segregadas, consideradas como países autônomos pelo governo racista, onde residem cerca de um terço dos 24 milhões de negros do país.

Para o Congresso Nacional Africano, a maioria das reformas até agora introduzidas pelo governo - criação de Câ-

maras separadas no Parlamento, abolição da lei do passe e a que proíbe os casamentos inter-raciais - não demonstram que o regime quer abolir o apartheid, mas sim fortalecê-lo. O próprio fato do governo se recusar a dialogar com a liderança negra e manter as prisões abarrotadas de opositores, prova de que a supremacia da minoria branca no país permanecerá intocada, mesmo com as "novas" reformas.

Justiça Eleitoral proíbe quase tudo durante campanha

O Tribunal Superior Eleitoral, ao publicar este mês suas "instruções sobre propaganda" para as eleições de novembro, enumera em seus 80 artigos todo um rosário de restrições que praticamente reduz a zero a propaganda eleitoral. Alguns dos limites foram impostos por lei como por exemplo a proibição da "boca de urna", de iniciativa do Palácio do Planalto. Outras correm por conta do próprio TSE, obedecendo a uma longa tradição de vetos e limitações que vai se avolumando com os anos.

Na prática, a aplicação dessas normas pelos Tribunais Regionais Eleitorais tem sido mais flexível. Nas eleições municipais do ano passado, por exemplo, causou espécie a atitude do TRE do Rio de Janeiro, que interpretou ao pé da letra cada disposição restritiva e acionou a polícia para perseguir os faltosos. Mesmo agora, em todas as unidades da Federação, não há candidato majoritário ou proporcional, seja de que partido for, que não esteja infringindo pelo menos alguns itens do draconiano código de conduta baixado pelo Tribunal.

QUASE TUDO PROIBIDO

A título de exemplo, o uso de alto-falantes e carros de som é vetado "a menos de 500 metros" das sedes de governos e prefeituras, Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores, tribunais judiciais, hospitais e casas de saúde, escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quartéis e outros estabelecimentos militares... Enfim, dificilmente se encontrará em qualquer cidade do país um único quarteirão em que os candidatos possam falar aos eleitores. Para completar, fica também proibido o uso de alto-falante antes das 14 horas, impossibilitando, por exemplo, a propaganda nos horários de entrada das fábricas.

No artigo 18, o TSE informa que "a propaganda mediante cartazes só se permitirá quando afixados em quadros ou painéis destinados exclusivamente a esse fim e em locais indicados pelas Prefeituras". É outra restrição transformada em letra morta, assim como esta: "São crimes eleitorais (...) escrever, assinalar ou fazer pintura em muros, fachadas ou qualquer logradouro público, para fins de propaganda eleitoral, empregando qualquer tipo de tinta, piche, cal ou produto semelhante: Pena - detenção até seis meses e pagamento de 40 a 90 dias-multa".

Afora a queda da famigerada Lei Falcão - que praticamente acabava com a propaganda gratuita no rádio e TV - pouco muda nas "instruções" do TSE para 1986, em relação à Resolução nº 10.445, de 1978, que serviu também para 1982. Aos candidatos, sobretudo os que não possuem milhões para out-doors e similares, resta apenas o consolo (se é que se pode chamar assim) de que o garrote é tão apertado que impossibilita uma aplicação intransigente por parte da Justiça Eleitoral.



Aurélio no lançamento em Campo Limpo

Lançamento dos nomes do PC do B em Campo Limpo Paulista

Cerca de 70 pessoas participaram do lançamento das candidaturas do pintor Bentinho, Roberto de Luca, para deputado estadual, e do bancário Antônio Vanderlei Carneoso, para a Constituinte, pelo PC do B em Campo Limpo Paulista, na Câmara Municipal da cidade. Os candidatos fizeram uma exposição sobre as teses do partido para a Constituinte e o deputado federal Aurélio Peres traçou um histórico da organização da vanguarda da classe operária no Brasil.

A coordenação regional do PC do B, através do presidente da mesa, Milson José Veronezi, conclamou os presentes - militantes do partido, lideranças de associações de bairros, sindicalistas e vereadores - a unirem esforços para derrotar o candidato da direita, Paulo Maluf, na região e formalizar a Aliança Democrática Progressista (ADP) na área. "A ADP, que congrega PMDB, PSB, PC do B e outras correntes políticas tem tudo para crescer por aqui, se depender desta platéia", afirmou um dos presentes. (da sucursal)

ERRATA

No quadro sobre as candidaturas, publicado na edição anterior deste jornal, a informação correta é de que Neuton Miranda e Socorro Gomes concorrem pela legenda do Partido Comunista do Brasil (PC do B) à Assembléia Legislativa do Estado do Pará; enquanto Paschoal Muniz é candidato a deputado estadual do Acre pela legenda do PMDB.

Disputa por São Paulo vai à TV

Este domingo, dia 24, realiza-se o primeiro debate, transmitido ao vivo, entre os candidatos do governo de São Paulo. Patrocinado pela Rede Globo e pelos dois principais conglomerados da imprensa paulista, o Grupo "Folhas" e "O Estado de S. Paulo", o debate pode trazer novidades para o indefinido panorama pré-eleitoral do mais populoso Estado brasileiro.

Os fatores de indefinição são fortes a ponto de tornar temerária qualquer previsão taxativa quanto à sucessão. As pesquisas pré-eleitorais apontam três candidatos com mais de 20 e menos de 30% das preferências: Paulo Maluf, Antônio Ermírio de Moraes e Orestes Quéricia. É um triângulo eleitoral conflituoso e instável, dependendo de fatores como o desempenho de cada um no debate ao vivo do dia 24.

Antônio Ermírio, Orestes Quéricia e Paulo Maluf, os pesos-pesados da sucessão em São Paulo, se defrontam na TV

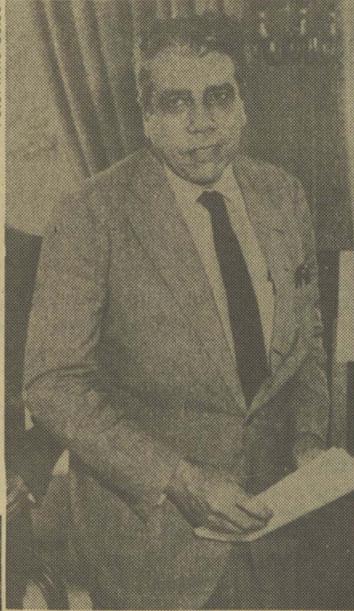


Foto: Irmo Celso



quando começa o horário gratuito e o candidato do PMDB passa a ter vantagem.

Para Quéricia só há salvação numa contra-ofensiva

Da parte de Quéricia, as debilidades aparecem logo à primeira vista. Sua situação hoje assemelha-se ao do boxeador que enfrenta no ringue uma saraivada ininterrupta de golpes do adversário - no caso dois adversários, e até três, contando Eduardo Sáplicy, do PT. Apesar disso Quéricia não cai nem atira a toalha, mostra até uma considerável capacidade de resistência e promete passar para a contra-ofensiva. Sustenta-se para tanto em suas bases no interior do Estado, de onde pretende partir para o assédio à Grande São Paulo, com o comício que programou para o dia 29.

Quéricia é um político nascido e criado no MDB paulista, encarnando suas virtudes e defeitos. Sua campanha até o momento abriu um flanco para os contendores, ao buscar a via da despolitização, mas agora parece evidente que precisa mudar de rumo. O comício do dia 29, um gesto de considerável ousadia política, dadas as

circunstâncias, será uma oportunidade para semelhante virada. E o mesmo se pode dizer do debate de domingo, onde seus dois principais contendores são críticos acerbos da reforma agrária, do direito de greve, da democratização sindical, da recuperação salarial e outras bandeiras tão caras ao povo de São Paulo.

A contra-ofensiva, com propostas políticas e olho atento para as implicações nacionais da sucessão paulista, parece ser também o caminho para fechar a retaguarda de Quéricia, onde certos aliados vacilantes já se preparam para fazer as malas. Comenta-se, por exemplo, que Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado, montou um comitê de campanha "supra partidário" com a intenção real de estimular uma dobrada com Antônio Ermírio. Da parte do PCB, o namoro com Ermírio é ainda mais ostensivo, e se desenvolve nas páginas dos diários, com avanços de ambas as partes. Seria bem mais difícil para essas áreas justificar suas posturas perante o eleitorado caso ficassem explicitadas de público, as diferenças de conteúdo entre as três candidaturas no páreo. E o debate de domingo será uma boa oportunidade para que isto aconteça. (Bernardo Joffily)

Maluf dá sinais de ter atingido o seu patamar

Tomemos a candidatura Paulo Maluf, que figura como primeira colocada nas pesquisas, reunindo a direita declarada e sua periferia fisiológica. É uma campanha em pleno andamento, que galvaniza o eleitorado mais conservador e penetrou em áreas da periferia mais pobre da Grande São Paulo, com métodos onde sobressai o abuso do poder econômico. Sua vitória não é impossível, e traria sérias repercussões nacionais, inclusive na esfera da sucessão presidencial, ambicionada pelo candidato do PDS.

Entretanto, Maluf dá sinais de ter atingido um certo patamar acima do qual será difícil levar-se. A partir daí, ele esbarra no entrinçado antimalufismo da maioria do eleitorado, que o identifica como símbolo da corrupção, espancador de populares, inimigo das diretas-já em 1984. Neste quadro, Maluf administra sua campanha com todo cuidado para bombardear Quéricia e Antônio Ermírio sem deixar que nenhum dos



dois vá a pique, pois isso representaria a derrota segura do PDS na sucessão.

Ermírio sabe que após setembro leva desvantagem

Em outro vértice encontra-se Antônio Ermírio, lançado pela legenda do PTB mas representando diretamente a burguesia industrial monopolista brasileira e seu atual projeto político. Para esta área, a Nova República é a oportunidade de assumir diretamente o controle do país, sem sócios nem intermediários, modelando a sociedade brasileira à sua imagem - que é uma imagem conservadora (Ermírio crítica, pela direita, por exem-

plô, até o Plano de Reforma Agrária do governo federal).

A candidatura Antônio Ermírio goza de fortes apadrinhamentos no Palácio do Planalto, como o chefe da Casa Civil, Marco Maciel, e na grande imprensa. Carece entretanto de bases partidárias e como resultado vai dispor de um reduzido tempo no horário gratuito pelo rádio e TV - em torno de dez minutos. Como só existe espaço para um candidato antimalufista chegar ao 15 de novembro com plenas condições de vencer, Ermírio joga pesado; agora, para desestabilizar Orestes Quéricia. Montou para isso um fantástico festival de aparições no vídeo, em revistas, jornais, out-doors, ansioso por vencer a parada com Quéricia até 14 de setembro.

Mini-Constituinte das Mulheres em S.Paulo

Mais de 300 pessoas participaram da Mini-Constituinte da Mulher, promovida pela União de Mulheres de São Paulo no dia 17. Foram 38 "deputadas" eleitas diretamente por núcleos de mulheres e sindicatos rurais e urbanos as principais debatedoras das propostas constitucionais. Alguns sindicatos chegaram a organizar seminários e assembléias para eleger suas representantes.

Na abertura dos trabalhos, a presidenta da União de Mulheres, Maria Amélia Teles, enfatizou que a Constituinte será um marco histórico: "Assim como na Constituinte de 1934 as mulheres conquistaram, de forma irreversível, o direito de voto, poderão agora garantir no plano legal direitos iguais na família, no trabalho, na educação, na vida social e política". Eva Blay, ex-presidenta do Conselho Estadual da Condição Femi-

nina e candidata a 1ª suplente ao Senado pelo PMDB, ressaltou que o avanço democrático depende da participação popular, e saudou a iniciativa da União de Mulheres.

DIREITOS IGUAIS

"Deputadas" por um dia, as representantes dos núcleos e entidades denunciaram as injustiças que sofrem no dia-a-dia e defenderam a soberania nacional, a reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, entre outras bandeiras. Exigiram a punição para os boicotadores da economia popular que sonegam a carne, o leite e outros produtos.

Reclamaram igualmente da violência contra as mulheres praticada nas empresas, usinas e dentro dos próprios lares - houve denúncias de estupro e assassinatos cometidos por

esposos, companheiros ou pais contra filhas e esposas e que se encontram impunes. A reivindicação do direito de creche, moradia, saúde, educação e trabalho foi reafirmada. "Só quando a mulher tiver o direito ao trabalho garantido é que ela vai conseguir mesmo a sua libertação", afirmou Iracema Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha.

A representante do grupo de terceira idade, M. Antônio Glioti, lamentou que "envelhecer no Brasil é um ato de coragem, quando deveria ser um ato de dignidade". Colocou ainda reivindicações como a "eliminação do limite de idade para admissão no trabalho, paridade na aposentadoria para homens e mulheres e direitos do idoso ao convívio familiar, comunitário e social".

Momento de grande emo-

ção foi quando Alzira Grabois, da Comissão dos Familiares de Desaparecidos Políticos, denunciou as chacinas cometidas pela ditadura militar contra oposicionistas, como seu esposo, Maurício Grabois. Encerrando as atividades, a "deputada" eleita pelos sin-

dicalistas, Elisabeth Tortolano, conclamou todos a elegerem os candidatos progressistas para a Constituinte. As resoluções do encontro serão encaminhadas ao Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, marcado para o dia 26, em Brasília.

Ocupando o seu espaço

Salta aos olhos neste processo de eleição e discussão da Constituinte o nível de mobilização das mulheres em todo o Brasil - mesmo em cidades do interior ocorrem inúmeros eventos cujo tema é "A mulher e a Constituinte".

É indiscutível o avanço da conscientização das mulheres. Desde 1970 elas retomaram as lutas políticas, mas com uma qualidade nova frente às lutas travadas nas décadas anteriores, que é a grande presença das reivindicações emancipacionistas da mulher.

A mini-Constituinte promovida pela União de Mulheres de São Paulo é uma evidência dessa nova qualidade. Estamos atingindo o amadurecimento da luta da mulher, determinado pela grande presença das mulheres operárias e trabalhadoras rurais, da mulher do povo enfim, nos embates nacionais.

Nem apenas a luta específica - como quiseram impor ao movimento os grupos sexistas -, nem apenas a luta geral - como queriam os reformistas. A mulher está intervindo no processo político como



Lilian: avanço visível

mulher, como cidadã, como segmento da grande maioria explorada e oprimida da sociedade.

É nessa linha que se coloca o debate da Constituinte. As mulheres defendem um novo Brasil, democrático, independente e progressista. Mas pleiteiam também o tratamento de suas questões específicas. Nisso coloca-se inclusive, a reivindicação de um capítulo especial sobre a mulher na Carta Magna onde inscreva-se a garantia de igualdade de direitos no campo social, econômico, político e na família. (Lilian Martins, candidata à Constituinte pelo PC do B-SP)

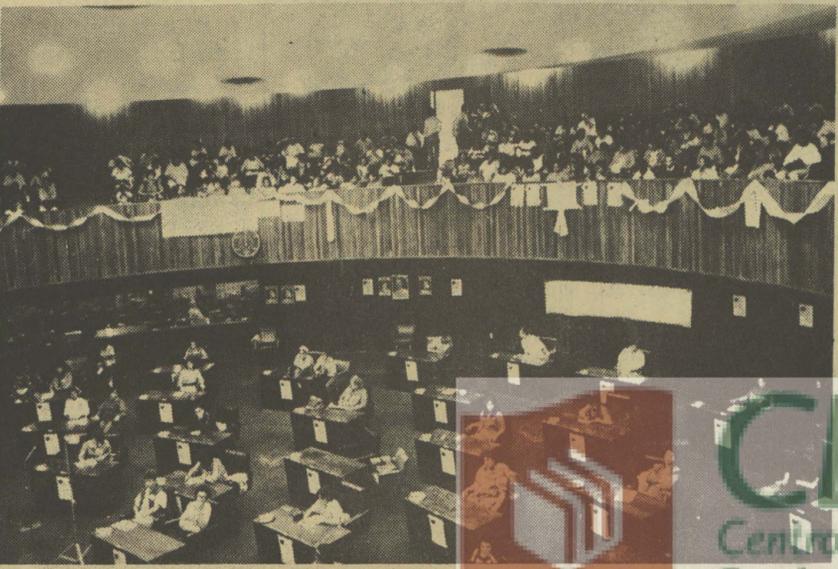


Foto: Alilton S. Leite

Núcleos de mulheres e entidades populares elegeram 38 "deputadas" para a Mini-Constituinte

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Banco Central revela nível de dependência do Brasil

O Banco Central divulgou em seu último boletim dados relativos ao comportamento das contas externas do Brasil em 1985. Evidentemente, os valores contábeis apresentados não refletem com fidelidade e em toda sua dimensão a espoliação do país pelo capital estrangeiro. Constituem, porém, fortes indicadores do viltamento a que o país está sujeito em consequência de sua dependência externa.

O primeiro dado que chama a atenção no Balanço e Pagamentos do Brasil relaciona-se com o pagamento líquido de juros da dívida externa, que no ano passado consumiu 9 bilhões de dólares, 489 milhões de dólares a mais do que em 1984. O segundo dado chama a atenção no Balanço e Pagamentos do Brasil relaciona-se com o pagamento líquido de juros da dívida externa, que no ano passado consumiu 9 bilhões de dólares, 489 milhões de dólares a mais do que em 1984. O terceiro dado chama a atenção no Balanço e Pagamentos do Brasil relaciona-se com o pagamento líquido de juros da dívida externa, que no ano passado consumiu 9 bilhões de dólares, 489 milhões de dólares a mais do que em 1984.



Foto Yone Simidzi

O valor das exportações brasileiras caiu em 50%

São dados significativos. Mostram claramente as condições escorchantes em que foi contrada (e em que é paga) a dívida externa brasileira. Enquanto os 24,6 bilhões de dólares dos investimentos feitos pelos capitalistas estrangeiros renderam 1,06 bilhão de dólares (os lucros remetidos), correspondendo a 4,3% do capital total ou 6,1% dos recursos efetivamente aplicados (incluindo os reinvestimentos), os 100,8 bilhões de dólares computados como empréstimos propiciaram um retorno aos banqueiros estrangeiros de 9,6 bilhões de dólares (em juros pagos durante o ano passado), correspondendo a 9,5% da dívida ou de todo empréstimo efetuado. Continua sendo muito mais vantajoso

empréstimo do que investir na produção.

PARASITISMO

Através desses números, é possível formar uma idéia da expressiva diferença entre as taxas de lucros dos dois setores, o que explica a preferência dos monopólios pela agiotagem. A dimensão do lucro usurário na atualidade denuncia o elevado grau de parasitismo da economia imperialista em nossos dias. Não é demais lembrar que o dinheiro, por si só, não reproduz riqueza; o juro é pago unicamente com o trabalho produtivo realizado pelos operários na cidade e no campo.

Outra informação significativa da espoliação neocolonialista diz respeito à

evolução das relações de trocas. Este indicador mede a relação entre os preços das mercadorias que o Brasil exporta frente aos produtos que importa. Mesmo abstraindo o petróleo, observa-se que de 1977 a novembro de 1985 as relações de troca do país deterioraram-se em

quase 50%. Isto quer dizer que para importar uma mesma quantidade de mercadorias em 1985, o Brasil teve que exportar quase o dobro do que em 1977. O desempenho das relações de troca é condicionado por uma série de fatores que, em geral, são controlados pelos países imperialistas. Salienta-se, em especial, a necessidade de gerar superávits comerciais em vários países para viabilizar o pagamento de juros, que resultou na ampliação da oferta de mercadorias tradicionalmente produzida por esses países (principalmente matérias-primas)

RESERVAS INTERNACIONAIS

Vale acrescentar, ainda, a frágil posição do Brasil no item reservas internacionais. O Banco Central mostra que o país encerrou o ano de 1985 com 11,6 bilhões de dólares de reservas internacionais, sendo 10,6 bilhões de dólares de reservas de ouro. Este é um dado alarmante para um país que possui, provavelmente, as maiores reservas minerais de ouro do mundo, com o agravante de que boa parte da produção (nas mãos de estrangeiros) é contrabandeada ou vendida com a finalidade de obter dólares para pagar juros externos.

Os números divulgados pelo Banco Central revelam a situação lamentável em que o Brasil encontra-se. Uma situação causada pela profunda dependência externa em que o país está mergulhado. Tudo isto atesta, ao mesmo tempo, a necessidade de um tratamento especial para a soberania nacional na nova Constituição, a fim de coibir o entreguismo e salvaguardar um futuro independente da pátria.

(Agenor Silva)

Luta pela sucessão "pega fogo" no Estado de Sergipe

Começa a "pegar fogo" a sucessão estadual em Sergipe. Os candidatos passam a manter contato com as amplas massas através de comícios. De um lado estão as forças democráticas e populares inseridas na Aliança Democrática em apoio à candidatura de Antônio Carlos Valadares e, de outro, estão os que se unem em torno de José Carlos Teixeira sonhando em voltar aos tempos da corrupção e da violência contra os adversários.

Telefonemas anônimos com ameaças têm sido recebidos por familiares de Antônio Carlos Valadares e do governador João Alves, que o apóia. As tentativas de suborno também são constantes e têm sido denunciadas pelos partidários da AD.

O dirigente estadual do PC do B, Luiz Ferreira, foi ameaçado de morte por partidários do prefeito de Carmópolis, Gileno Alves, porque se recusou a aceitar uma proposta de suborno. Quando da realização de um comício nesta cidade, no último dia 6, as luzes da praça da estação rodoviária, onde se realizava o comício, foram apagadas quando Edvaldo Nogueira, candidato a deputado esta-

dual pelo PC do B, denunciava o fato.

Os sindicalistas da CGT têm feito denúncias também de diversos candidatos ligados a José Carlos Teixeira que são homens da UDR no Estado. Entre eles estão João Bosco França, Antônio Carlos Franco e Bosco Teles, os dois primeiros candidatos a deputado federal e outro a estadual.

Por todos estes fatos cresce o repúdio popular à candidatura que representa a oligarquia dos Franco. Recentemente, no povoado "Rola", em Simão Dias, José Carlos Teixeira foi expulso pelos moradores.

Enquanto isto a Aliança Democrática avança. As pesquisas mostram que seu prestígio tem subido rapidamente, enquanto que José Carlos, que começou com índices elevados de despenca vertiginosamente. No dia 23 a AD realiza mais uma das centenas de comícios programados. O ato será em Estância, o segundo maior polo operário do Estado, a 80 quilômetros de Aracaju. Estes comícios têm produzido estragos significativos na candidatura de José Carlos, conquistando apoio popular para as posições democráticas defendidas por Antônio Carlos Valadares. (da sucursal)

José Pessoa no PC do B em Barra do Garças - MT

Em ato político realizado na Câmara Municipal de Barra do Garças, José Pessoa anunciou seu desligamento do PMDB e sua filiação ao PC

do B. A solenidade contou com a participação da Direção Regional do PMDB matogrossense, representada pelo presidente do partido, deputado Márcio Lacerda, e pelo candidato a vice-governador, Edson Freitas, representando o candidato ao governo, Carlos Bezerra.



Pessoa foi seguido por 13 lideranças

Em seu discurso, José Pessoa destacou a importância do Bloco Popular do PMDB em Barra do Garças, frisando que o espaço que os comunistas conquistaram no PMDB foi fruto de um longo trabalho político e organizativo com base numa militância consequente.

Além de José Pessoa, outros 13 membros do Diretório Municipal do PMDB de Barra do Garças passaram para as fileiras do PC do B. Estes ativistas, tendo à frente José Pessoa, se comprometeram com as candidaturas de Carlos Bezerra ao governo do Estado, pelo PMDB, e de Aluísio Arruda, do PC do B, para deputado estadual. (da sucursal)

Noite de autógrafos com Amazonas na Bienal do Livro

No próximo dia 30, às 19h 30m, o dirigente comunista João Amazonas estará na Bienal do Livro, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, autografando o livro "Constituinte: Propostas do PC do B", lançado pela Editora Anita Garibaldi.

Onde quer que sejam apresentadas, as teses dos comunistas têm encontrado grande receptividade. Os brasileiros percebem a necessidade de uma forma de governo mais democrático e de uma reformulação também no funcionamento do Legislativo. Neste sentido os trabalhadores se entusiasmarão com a idéia de uma bancada classista, de operários e camponeses, no Congresso Nacional, assim como apóiam a extinção do Senado e funcionamento de um Congresso unicameral.

A partir da próxima semana, dirigentes do PC do B estarão em todas as capitais para o lançamento do livro. Estão programados atos públicos, com palestras sobre os principais temas e noites de autógrafos.

As propostas para um Brasil independente e progressista

As propostas do Partido Comunista do Brasil para a nova Constituinte, numa publicação da Editora Anita Garibaldi. Um documento que contribuirá para a reflexão dos brasileiros sobre a elaboração da nova Carta Magna. Reserve desde já seu exemplar junto à Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, São Paulo, CEP 01317.

CONSTITUINTE: PROPOSTAS DO PC do B

Editora Anita Garibaldi
Fundação Maurício Grabois
APENAS Czs 20,00

O plano do governo para a agropecuária

O governo anunciou um novo plano econômico, desta vez voltado para a produção agropecuária. A meta, de um crescimento médio de 6,3% ao ano, é ambiciosa quando comparada aos resultados desastrosos dos últimos anos. Pretende-se alcançá-la recorrendo fundamentalmente à ampliação do crédito destinado ao setor.

Conforme informações do próprio governo, a produção per capita de alguns alimentos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca, batata) sofreu uma queda brusca, no período compreendido entre 1977 e 1984, da ordem de 13%; a de trigo caiu 0,4% e a de carnes (bovina, suína e frango) ficou estagnada. No mesmo período ocorreu uma acentuada redução do crédito para investimentos no setor: de uma média de 16,5% do valor do produto agrícola nos anos 70, caiu para apenas 4% nos últimos anos.



Foto: Sérgio Beresovski

O governo quer reverter a situação, mas sem mexer nas culturas de exportação

açúcar pulou para 156,7.

Embora sem mexer nas culturas voltadas para a exportação (e para a garantia do pagamento dos juros aos banqueiros estrangeiros), o governo que reverte o quadro da produção de alimentos neutralizando a crise do abastecimento interno. A idéia é expandir o crédito ao setor até a retomada dos níveis verificados na década de 70, de cerca de 17% do produto agropecuário. Assim, neste ano pretende-se que os empréstimos agrícolas alcancem um total de Cz\$ 89,4 bilhões. Somente o

governo tenciona destinar Cz\$ 200 bilhões ao setor no quadriênio 1986-89. Foi criado também o Fundo da Agropecuária (FNA), que administrará uma parcela desses recursos.

O próprio governo, contudo, não tem muita clareza sobre as fontes desses recursos. Falou da criação de uma caderneta de poupança rural; da utilização do dinheiro resultante da venda de alimentos importados; da alteração do percentual dos depósitos bancários destinados ao setor, entre outras coisas. São medidas de eficácia

prática duvidosa.

O plano não toca no problema da produção de leite e carnes, informando apenas que uma comissão do governo estudará o assunto, apesar do fato de que esses dois produtos respondem pelo que há de mais grave na crise de abastecimento. Também não se fala em mudança da estrutura fundiária, evidenciando que a distribuição dos créditos se fará da mesma forma com que vem sendo feita até o momento, ou seja, em benefício fundamentalmente dos grandes latifúndios.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Uma campanha para milhões

Ir ao povo para difundir as posições, democráticas mais avançadas e amarrar o voto. Este é o objetivo da campanha eleitoral. Mas para ter sucesso nesta tarefa é necessário enfrentar uma poderosa barreira colocada pelo poder econômico. Enquanto as pessoas que apóiam os candidatos populares são presas ao pichar seus nomes nos muros, centenas de *out-doors* com a propaganda dos ricos são espalhados nas ruas mais movimentadas. Enquanto imensos sacrifícios são feitos para tirar um pequeno número de material impresso, milhões e milhões de folhetos e cartazes da melhor qualidade são distribuídos diariamente pelos poderosos.

NÃO FICAR NO MIÚDO

Sendo assim, não se pode ficar apenas no trabalho miúdo. Embora seja indispensável o chamado trabalho corpo-a-corpo, de casa em casa, nos bairros, as visitas às portas de fábricas etc., é preciso dar volume à cada campanha. Urge encontrar formas novas que ajudem a popularizar o nome e as propostas centrais dos candidatos populares para centenas de milhares de pessoas. Em alguns lugares têm sido feitos bonecos caricaturais, em outros têm sido empregados painéis pintados em muros autorizados, com a ajuda de artistas. O objetivo é aparecer.

Os candidatos populares têm propostas. Mas não basta uma boa proposta se ela não se torna conhecida de amplas massas. Agora mesmo os comunistas acabam de lançar suas teses para a Constituinte - e onde são divulgadas recebem boa acolhida. Mas por si só não são capazes de dar a vitória às pessoas que as defendem.

DIVULGAÇÃO DAS TESES

Para divulgar as teses amplamente estão sendo programados atos públicos em todo o país. Não atos formais com a presença de "algum" público. Além de se procurar um acontecimento de grande repercussão política, com a presença de grande público e de personalidades, já se planeja a continuidade com inúmeros atos pelos bairros, pelas escolas, em cidades do interior, para multiplicar o interesse pelas idéias expostas. Em cada ocasião se procura traduzir as idéias centrais de acordo com a realidade do local, com exemplos e situações conhecidas da população. Na medida em que isto seja realizado e que se consiga associar tais propostas com os nomes dos candidatos, estará sendo cumprido um importante passo no sentido da Constituinte democrática e progressista.

Mas ao lado das propostas políticas, é da maior importância que o próprio nome dos candidatos sejam repetidos muitas e muitas vezes. A burguesia "vende" seus candidatos como se fossem sabonetes, impõe uma imagem e populariza o seu nome pelos meios de comunicação martelando incessantemente. O proletariado não segue o mesmo caminho, apresenta um nome que defende posições políticas avançadas. Mas isto não quer dizer que se menospreze a divulgação dos nomes. A repetição facilita o eleitor, mesmo tendo tomado contato superficial com as propostas, a lembrar o nome do candidato e a sufragá-lo no dia da eleição.

PROPAGANDA PARA MILHÕES

Resumindo, é urgente fazer o maior esforço para difundir as teses políticas progressistas. E ao mesmo tempo, fazer com que os nomes dos candidatos sejam conhecidos. Fazer o trabalho miúdo, de casa em casa, mas não abandonar a busca de um grande volume de campanha, para que o grande público seja atingido. Cada candidato tem o seu reduto central de onde sai com maior votação, mas que não é suficiente em geral para elegê-lo. É preciso fazer propaganda para centenas de milhares e para milhões, para conseguir enfrentar o poder econômico. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Uma luta desigual

Na luta pelo congelamento, o cidadão que se investe em fiscal tem pouca autoridade para fazer valer qualquer punição aos especuladores. Prova disto é a recente demissão do delegado da Sunab em São Paulo. Nada menos do que 70 mil fichas de reclamação e três mil processos de autos de infração estavam empilhados na delegacia sem qualquer providência.

Durante os primeiros dias do Plano Cruzado, milhares de pessoas saíram às ruas para impedir as remarcações e obtiveram resultados razoáveis. Mas era um movimento de massas e não a atividade de uma pessoa isolada. Com o passar do tempo os comerciantes inescrupulosos passam a burlar o congelamento e não são mais incomodados. O esquema oficial não é suficiente para movimentos deste tipo. Por um lado porque é pouco aparelhado e por outro porque é corruptível, como a prática mostrou.

São milhares de estabelecimentos e a vida comprova que a ganância não é um problema deste ou daquele mau comerciante mas uma característica do capitalismo. Quem mais ganha mais quer ganhar - esta é uma norma geral do sistema. Quem se conforma em ganhar menos é engolido pela máquina implacável do capital. Por tudo isto o simples decreto do congelamento jamais pode resolver o problema da inflação no país.

Existe de fato a interdependência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil? A análise do que tem sido a prática do Poder Judiciário mostra que não. Na verdade, este poder está a serviço do Executivo. A nova Carta Magna, a ser elaborada pelos constituintes de 1987, deve alterar esta situação.

A divisão tripartite de poderes do Estado burguês nasceu historicamente com as revoluções burguesas. Locke, na Inglaterra, defendeu a existência de dois poderes - o Legislativo e o Executivo. Para ele o Judiciário não passa de função executiva especializada.

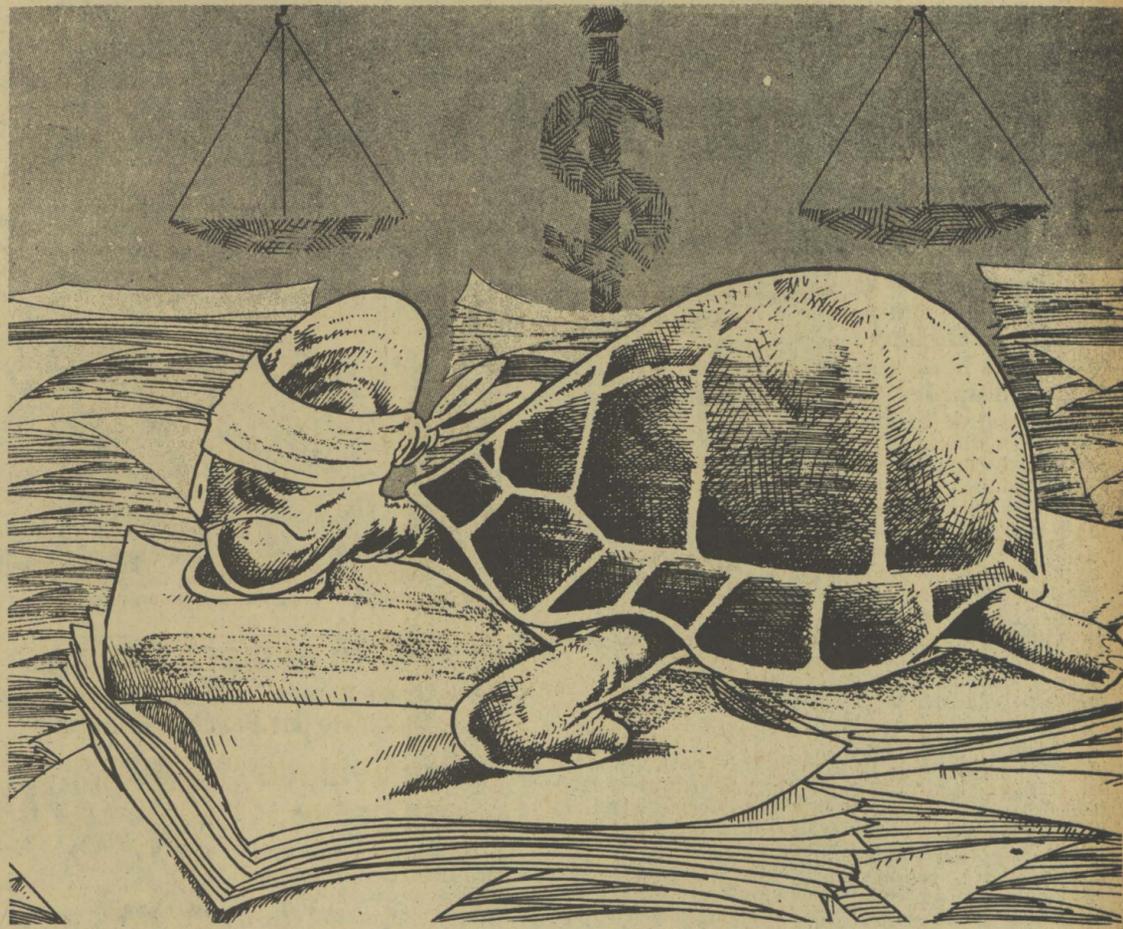
É, porém, com Montequieu que surge a formulação do Judiciário como verdadeiro poder político, separado do Executivo e do Legislativo. A fórmula montesquieuniana foi incorporada na Constituição americana de 1787. Era avançada, na época da guerra pela independência dos Estados Unidos. Estava adequada ao espírito da luta anticolonial. Servia aos interesses da nova burguesia americana que necessitava de um Estado liberal que garantisse a livre iniciativa e possibilitasse o desenvolvimento e ocupação dos novos territórios sem as peias da concentração do poder numa pequena esfera de decisão. Daí a necessidade da atribuição de poder público de controle da constitucionalidade das leis e dos demais poderes pelos órgãos judiciais americanos.

Uma cópia do modelo americano

No Brasil, o Judiciário traz ainda as marcas de suas raízes coloniais e medievais. Sobrevivem resquícios das Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuêlinas (1512), e Ordenações Filipinas (1603), embora tenha copiado o modelo norte-americano. Exatamente por ter copiado a forma americana em condições históricas, sobretudo sócio-econômicas, muito distintas, é que o Poder Judiciário no Brasil foi sempre um arremedo de poder.

No Império, esteve sempre a serviço dos latifundiários e monarquistas. Na República, proclamada por militares, embora copiasse o modelo da federação americana, com a divisão dos poderes, o Poder Judiciário esteve efetivamente controlado pelos militares e pelas oligarquias. Sem autonomia orçamentária (tem que passar a proposta pelo Executivo), os membros de sua mais alta corte foram sempre nomeados pelo Presidente da República, a critério deste, apesar da apreciação pelo Senado. Da mesma forma, as nomeações dos desembargadores dos Tribunais de Justiça nos Estados, couberam sempre aos governadores, mantendo a mesma dependência direta do Executivo.

Teoricamente, o Poder Judiciário tem o controle dos atos do Legislativo e do Executivo, através do sistema dos "cheks and balances" - freios e contrapesos. Entretanto, entre nós, nunca foi exercido o "poder" como freio do Executivo, na defesa da legalidade democrática. Sempre se submeteu aos golpes e curvou-se perante as ditaduras. Em matéria de arguição de inconstitucionalidade de lei, fica na dependência da iniciativa do procurador geral da República, cargo de con-



fiança do presidente da República. Na jurisprudência brasileira, por exemplo, não se tem notícia de declaração de inconstitucionalidade de acordo ou tratado internacional, embora a política entreguista de vários governos nos tenha ferido a Constituição. Quando o general Figueiredo firmou acordo normativo sobre a renegociação da dívida externa em termos lesivos à soberania nacional - o chamado "Projeto 2" -, a OAB arguiu a inconstitucionalidade, porque não se submeteu o acordo ao Congresso Nacional. Entretanto, o procurador geral da República, detentor do direito de ação, arquivou o pedido.

Um poder sempre submisso

Se por um lado o Poder Judiciário nunca foi integralmente um poder da República, no plano constitucional, quando assim se manifestou, foi para servir aos interesses do Executivo. O que poderia ser uma rica construção jurisprudencial para a consolidação das instituições democráticas, tem servido de reforço ao *status quo*, com a nefasta prática de "legislar" indiretamente, através de decisões ou de regulamentação. É mais visível na Justiça Eleitoral, com o Tribunal Superior Eleitoral extrapolando a sua competência regulamentar, "legislar" sobre matéria política, restringindo as regras democráticas.

A partir de 1964, o regime militar submeteu ainda mais o Judiciário ao Executivo. Os atos institucionais foram sendo editados em desrespeito à Constituição, sem qualquer oposição efetiva do Judiciário. O AI-5 suspendeu as "garantias constitucionais da magistratura" e aposentou compulsoriamente juizes. Por outro lado, criou um sistema de favores, onde os tribunais podiam "criar" cargos e nomear, inclusive sem concurso, os de sua confiança, o que levou a um processo crescente de nepotismo e protecionismo, que aos poucos foi degenerando o perfil da magistratura. Esses favores mantiveram tribunais e juizes, salvo honrosas exce-

ções, obedientes ao presidente da República, governadores e chefes políticos.

As garantias constitucionais, tão decantadas - vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos -, que supostamente dariam maior independência ao poder, levaram, ao contrário, a desenvolver, pelo jogo de influência, verdadeiras castas, inclusive de natureza familiar, a serviço das oligarquias. Daí a arrogância dos juizes perante o povo, a quem não deviam satisfação. Fez escola o pensamento reacionário de Edouard Laboulaye que, comentando o papel dos juizes federais americanos, afirmou: "a justiça não tem que render-se ao povo e o dever do juiz não é o de buscar o aplauso das massas".

No plano da prestação jurisdicional, isto é, na prestação do serviço da justiça ao povo, é que se manifesta o caráter conservador e opressor do Poder Judiciário. A justiça, é a justiça dos ricos. A estrutura, a organização judiciária e a falta de autonomia financeira, levam à morosidade do processo, que se arrasta por anos a fio. As custas processuais hoje afastam o trabalhador das contendas judiciais, sendo obrigado na maioria das vezes a se submeter a "acordos" que lhe são lesivos, a ter que esperar uma decisão judicial.

Justiça só para os ricos

A credibilidade da justiça perante o povo decai a cada dia. É comum dizer-se que "só vai para a cadeia o ladrão pobre", porque o rico, o que dá os grandes golpes contra o patrimônio público, jamais vai para a cadeia.

No campo, os conflitos agrários entregues à justiça ordinária, têm desfecho quase sempre favorável à grilagem e ao latifúndio. Os juizes de Direito ficam a mercê dos coronéis ou chefes políticos das oligarquias locais.

Esta deformação do Judiciário é tão anacrônica que hoje um bom advogado retida em entrar para a magistratura.

O formalismo, a burocracia e mesmo a corrupção no funcionamento da justiça faz com que o povo não confie a solução dos pequenos conflitos aos juizes. A delegacia de Polícia passa então, de fato, a servir de órgão judicial que expõe o cidadão ao arbítrio e coação policial.

A proximidade da Constituinte faz aflorar o debate sobre o caráter do Judiciário. Várias vezes se levantam para defender a manutenção do Judiciário tal como hoje se encontra. Recentemente, o presidente do Supremo Tribunal Federal publicou no Diário Oficial da União, por solicitação da Comissão Afonso Arinos, a posição daquela corte sobre o papel do Judiciário. No essencial, mantém a estrutura hoje vigente. Entretanto, defende a extinção dos juizes classistas na Justiça do Trabalho, bem como reforça o papel do STF como órgão corregedor e cúpula do Poder Judiciário.

O Juiz é delegado do povo

É preciso repensar o Judiciário e o seu funcionamento, pô-lo a serviço da legalidade democrática e torná-lo acessível ao povo. Neste sentido é fundamental

vincular o exercício da magistratura à soberania popular, segundo o princípio de que todo poder emana do povo. O juiz é um delegado do povo para a aplicação da justiça. Para romper com a dependência do Executivo, é necessário que o Judiciário tenha autonomia financeira e orçamentária, submetendo sua proposta de orçamento apenas ao Legislativo (Congresso Nacional). Outras medidas complementares, mas do mesmo modo indispensáveis para garantir a autonomia e independência do Judiciário e ao mesmo tempo manter compromisso com a soberania popular são: mandatos temporários dos juizes e membros dos Tribunais com acesso mediante processos democráticos (eleição de membros dos Tribunais por parte de juizes de primeira instância e de advogados); gratuidade do processo judicial; assistência judiciária gratuita e estafetagem de todos os serviços cartorários e de serventias extrajudiciais, bem como a criação de uma justiça agrária especializada.

Caberá ainda ao Judiciário papel relevante na defesa da legalidade democrática, zelando pela garantia, de fato, dos direitos constitucionais do cidadão. Romper com o conservadorismo do Judiciário, instrumento das oligarquias, e transformá-lo num órgão ágil, aplicador da justiça, da lei e garantidor dos princípios democráticos é tarefa para uma Assembléia Constituinte democrática e progressista. (Messias de Souza)

Tribunais de exceção

O golpe militar de 1964 fez diversas modificações no Judiciário. Em geral para pior. Uma das mais graves alterações foi em relação à Justiça Militar. Pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, a Justiça Militar passou a julgar também os civis, nos casos chamados de segurança nacional. Nesta época, uma simples pichação de muro era enquadrada na Lei de Segurança Nacional e os responsáveis eram submetidos a pesadas penas de prisão. Os processos eram os mais absurdos pois os mesmos militares que se encarregavam de torturas nos quartéis eram também os juizes nas auditorias militares.

Durante um longo tempo era comum ver cidadãos condenados a 20, 30 ou mais anos de prisão, pelo simples fato de se rebelarem contra o regime militar. A pena de morte chegou a ser instituída. Também a pena de banimento foi introduzida e muitos brasileiros sofreram suas consequências. Luis Travassos, por exemplo, presidente da UNE, preso em um congresso dessa entidade, passou vários anos no exílio, condenado ao banimento.

A proibição terminante do julgamento de civis pela Justiça Militar é um ponto importante na reformulação do Judiciário a ser realizada pela Constituinte.

Em setembro pode sair nova greve geral dos bancários

A campanha salarial dos bancários promete desembocar numa greve geral da categoria semelhante a do ano passado. Os banqueiros - que obtiveram lucros fabulosos neste primeiro semestre - têm demonstrado total intransigência e vêm protelando as negociações. Os bancários estão mobilizados e no último dia 14 realizaram manifestações no Dia Nacional de Luta.

Os bancários entregaram a minuta de reivindicações no dia 10 de julho, mas só no dia 14 de agosto houve a primeira rodada de negociações em Brasília com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Os banqueiros não fizeram nenhuma contraproposta durante esta primeira negociação, o que demonstra seu objetivo de protelar as negociações.

Entre as cláusulas de reivindicações dos bancários, algumas são de fundamental importância: piso de Cz\$ 3.000,00; reajuste de 26,5%; estabilidade e fim das demissões. Este último item está relacionado com a explosão de demissões que se abateu sobre os bancários logo após a decretação do Plano Cruzado e que já atinge quase 100 mil funcionários.

LUCRO DOS BANQUEIROS

A idéia de que os banqueiros são vítimas do pacote econômico é totalmente falsa. Basta ver o lucro dos bancos no primeiro semestre de 1986. O Bradesco, por exemplo, lucrou Cz\$ 1 bilhão e 536 milhões; o Safra Cz\$ 660,9 milhões; o Itaú Cz\$ 768,7 milhões; o Banco do Brasil Cz\$ 1 bilhão e 530 milhões. Isso sem falar que as despesas com os ajustes que os bancos fizeram foram computadas todas nesse semestre, quando poderiam ser parceladas em seis semestres. E além do mais, existe uma conta nos balanços dos bancos, chamada de despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, que permite aos bancos esconderem seus lucros reais.

A alta lucratividade dos bancos porém contrasta com a situação de exploração em que se encontra a categoria bancária. Além das 100 mil demissões em todo o país, a opressão nos bancos aumenta consideravelmente. Os bancários trabalham além da jornada normal sem receber horas extras. Direitos garantidos por lei são cortados arbitrariamente. O



Durante a greve geral de 1985 os bancários surpreenderam os patrões por sua organização

salário base do bancário é em média de Cz\$ 1.567. Em função dessa situação caótica, o clima de revolta nos bancos é muito grande.

Uma outra preocupação dos bancários está relacionada com os bancos estatais. Existe uma nítida intenção do governo em atacar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, retirando o caráter social destas instituições. Isto com o objetivo de enfraquecê-las para posterior privatização. Não é em vão que um dos diretores do Bradesco foi colocado pelo governo para presidir o Banco Central.

Os funcionários e a população, porém, se levantam contra estas investidas que ameaçam inclusive nossa soberania nacional. Várias manifestações e paralisações já foram realizadas pelos funcionários contra esta prática lesiva aos interesses do povo.

PROTESTO EM GOIÂNIA

Para manifestar a insatisfação dos bancários com as recentes medidas que beneficiam os banqueiros, foi realizado um ato público em Goiânia, dia 14, com centenas de pessoas presentes.

No último dia 13 os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal realizaram uma assembléia histórica. Pela primeira vez se reuniram para discutir problemas comuns. Foi marcada uma nova assembléia para o próximo dia 27, para, possivelmente, deliberar por uma paralisação de 24 horas no dia 28. (das sucursais da Bahia e Goiás)

PONTO DE VISTA SINDICAL

Álvaro Gomes - secretário geral do Sindicato dos Bancários da Bahia

Ofensividade na greve

Os bancários do Brasil inteiro começam a se preparar para a greve nacional de setembro. Inúmeros encontros regionais, estaduais e municipais já foram realizados. A eleição de delegados sindicais vem sendo intensificada. O encontro dos bancários do Paraná, realizado recentemente, contou com a participação de 1.500 bancários e já tirou uma data indicativa para a greve que deverá ser no dia 10 de setembro.

Em Salvador, foi realizada uma assembléia no último dia 13, com a participação de mais de 2 mil bancários, onde foi decretado estado de greve. Logo após a assembléia, os funcionários dos bancos saíram em passeata pelas ruas. No Dia Nacional de Luta - 14 de agosto - os bancários de todo o país protestaram com paralisações parciais, passeatas, manifestações, atos-shows, assembléias etc.

Dia 16 houve encontro dos bancários da Bahia e Sergipe, com a participação de 500 delegados e onde se tirou como data indicativa da greve dia 10 de setembro e estendeu o estado de greve para toda a Bahia e Sergipe. Em São Paulo, durante assembléia realizada no dia 14, também foi decretado o estado de greve.



Álvaro: preparando a greve

É indispensável que os dirigentes sindicais de todo o país partam de maneira ofensiva para organizar a greve. As condições para a greve estão criadas. O nível de revolta dos movimentos de massas e aumenta a cada dia o apoio da população ao nosso movimento. Portanto, a ofensividade é fator decisivo na mobilização.

Este ano contamos com a participação importante dos funcionários da Caixa Econômica Federal, que possuem um grau de organização grande. Precisamos tirar lições da greve do ano passado. Nesse sentido é necessário levar uma campanha unitária com os bancos oficiais para que a greve seja mais forte e poderosa. Dia 30 de agosto haverá no Rio de Janeiro o Encontro Nacional dos Bancários, onde deverá ser marcada a data da greve nacional da categoria.

Jagunços matam líder de posseiros baianos

CRIME INFAME

Uma das lideranças das 45 famílias de posseiros que lutam na Fazenda Marambaia, Itacaré (Bahia), foi covardemente assassinado no último dia 11. Deraldo Souza Santos, 50 anos, 4 filhos, foi fuzilado pelos pistoleiros Deli e seu filho Givan, a mando do grileiro Luiz Mendes.

No dia 17, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Bahia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré, Pólo Sindical da Região Sul da Bahia realizaram uma manifestação com mais de 400 trabalhadores (posseiros, na maioria), exigindo a punição dos criminosos e cobrando do Inbra a imediata desapropriação da Fazenda Marambaia (a documentação está em Brasília desde 15 de fevereiro). O deputado estadual Luiz Nova (PC do B) fez um histórico da vida e luta de Deraldo.

A Fazenda Marambaia tem 914 hectares. Luis Mendes, proprietário da Fazenda Leão de Ouro, nas proximidades, afirma ter um compromisso de compra e venda da terra dos posseiros e há um ano, quando foi anunciado o processo de desapropriação da Marambaia, vem tentando retirar os trabalhadores da área valendo-se dos serviços criminosos de jagunços e pistoleiros.

No dia 11, Deraldo Souza estava lascando lenha e viu a aproximação de Levi e Gilvan. Correu para dentro de casa e, depois, tentou fugir pelos fundos. Foi quando um tiro de espingarda calibre 12 o atingiu. Deraldo caiu e tentou ainda se arrastar para longe dos assassinos. Mas foi eliminado covardemente, com três tiros de revólver, disparados pelo pistoleiro Deli.

Segundo o secretário da Fetag, Wilson Furtado, a disputa por terras está acirrada nas fazendas Campoinha, com 196 posseiros; São João da Bancada, com 15; Lajedão e Capitão, com 135; e Nova Esperança, onde a violência pode estourar a qualquer momento. Estas áreas apenas esperam a vitória do Inbra para que tenha início o processo de desapropriação. Enquanto isso não ocorre, mais mortes podem acontecer.

No dia 18, a Comissão Agrária, integrada por trabalhadores, fazendeiros, governo estadual e federal e representantes da universidade, analisou o problema da Fazenda Marambaia e aprovou a imediata desapropriação da área. (da sucursal)

Pelego é derrotado no STR de P. Venceslau

Os trabalhadores rurais de Presidente Venceslau, no Oeste paulista, reconquistaram o seu sindicato no dia 17, quando derrotaram o presidente da entidade, Cláudio Sales - que havia se passado para o lado dos patrões e recebia o apoio da Destilaria Caiua S.A. (Decasa) - e elegeram a chapa 2, liderada por Amaro Umbelino de Barros.

A eleição ocorreu num momento crítico para o sindicato, fundado em 21 de julho de 1985. Somente cerca de 500, dos 2 mil trabalhadores da base, filiaram-se à organização. A maioria através dos componentes da chapa 2. Cláudio, que presidia a direção provisória do sindicato, passou a omitir-se na defesa dos direitos mais elementares dos assalariados. A Decasa

chegou a financiar sua campanha para a eleição sindical.

Já alguns trabalhadores identificados com o PT preferiram formar uma chapa própria para o pleito, recusando-se à unidade contra o pelego. Mesmo após terem ficado em terceiro lugar no primeiro escrutínio, estes sindicalistas optaram por retirar-se da disputa a apoiar os integrantes da chapa 2.

Mas mesmo isso não salvou o pelego Cláudio. Agora, tendo a diretoria encabeçada por Amaro Umbelino de Barros à frente, os rurais de Presidente Venceslau retomam a trajetória de construção de um sindicato forte, de luta contra a exploração e o latifúndio e pela reforma agrária. (da sucursal)



Foto: Alton S. Leite

Grevistas do Hospital Brigadeiro: volta ao trabalho

Médicos exigem melhor atendimento ao povo

Prossegue a greve dos médicos do Estado de São Paulo iniciada no último dia 11.

O movimento dos médicos começou quando o governo Montoro, que anunciara que ia conceder a equiparação com o Inamps - principal reivindicação dos grevistas - decidiu condicioná-la à produtividade. Ou seja, só receberia os 100% de aumento quem atendesse em média 4 pacientes por hora, segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde. Os grevistas consideram que o recuo do governo deveu-se à pressão de alguns setores interessados na privatização da saúde. Como afirmou o Dr. Jamil Murad, secretário geral licenciado do Sindicato dos Médicos e candidato a deputado estadual pelo PC do B, "acho justo que seja cobrado um horário de trabalho para os médicos. Mas achamos que esse controle deve ser feito pelos órgãos administrativos e não pelo sindicato. Além disso, esse critério de produtividade nem sempre é possível de ser aplicado, principalmente na periferia. Às vezes ficamos horas a fio sem ter pacientes ou sem condições de atendê-los devido à falta de recursos. Então, como avaliar esta produtividade?"

14 e 15 foi realizado o I Congresso Nacional das Entidades Não-Governamentais, que reuniu proprietários de hospitais que visam privatizar a saúde, sob alegação de que os serviços públicos estão ruins. "É verdade que isso ocorre - disse ele. Mas a solução não é privatizar e sim pagar decentemente os profissionais e dedicar mais verbas para o setor para que a população tenha o atendimento a que tem direito".

PREVIDENCIÁRIOS

Por ampla maioria, os funcionários do Inamps em São Paulo decidiram um "retorno organizado ao trabalho a partir de sexta-feira" em assembléia no Sindicato dos Motoristas. Mas continuam em estado de greve e podem reiniciar a paralisação conjuntamente com os demais Estados da federação se suas reivindicações não forem atendidas. Os previdenciários exigem além de aumento salarial que possam saber como é utilizada a verba do órgão que lhes dá assistência médica, e que receba 30% da verba de todo o INPS e não consideram justo pagar além de sua própria assistência (20% do salário) o INPS (que não podem usar) e ainda pagar por fora os médicos que se consideram mal remunerados pelo Condecar.

Funcionários do correio fazem congresso

O ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, durante encontro que manteve com uma comissão de funcionários dos Correios, dia 18, em Brasília, se recusou a conceder anistia aos demitidos durante a greve da categoria no ano passado. A comissão estava cumprindo uma deliberação tirada durante o I Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios, realizado em Maceió nos dias 8, 9 e 10 de

agosto com representantes de 19 Estados. Foi aprovada uma pauta com 21 reivindicações, mais tarde entregue ao ministro Antônio Carlos Magalhães.

Este congresso dos funcionários dos Correios significou um grande avanço na luta dos carteiros, que vêm travando uma dura batalha contra a repressão na empresa. No ano passado foram realizadas duas greves, uma em março e outra em maio, em vários Estados.

Durante a última paralisação foi feita uma verdadeira "caça às bruxas" às lideranças da categoria. Somente em São Paulo foram demitidos cerca de 500 funcionários do ECT.

MANOBRADA DA ECT

Neste processo de mobilização foi criada a Acetesp (Associação dos Funcionários dos Correios e Telegráfos do Estado de São Paulo). Seu primeiro presidente, Pedro Porcino, foi um dos que perderam

o emprego com a greve. Mesmo desempregado, Pedro não se desligou da luta e hoje denuncia a manobra que a direção dos Correios vem fazendo na tentativa de dividir o movimento dos funcionários da ECT. Em São Paulo foi criada recentemente uma entidade pelega. Apesp, manobrada pelo diretor Bulhões e cuja sede é dentro da própria empresa.

Pedro Porcino diz que dentro dos Correios "há um verdadeiro patrulhamento ideológico. Já teve colega que foi demitido porque usava um broche do PC do B". Além deste tipo de perseguição os salários são baixos e a exploração é intensa. "Um carteiro deveria carregar de 25 a 30 quilos, mas chega a carregar 50 quilos por dia", denuncia o ex-presidente da Acetesp. Isto fez com que aumentasse muito a rotatividade no setor, havendo, conseqüentemente, uma queda na qualidade do serviço prestado.

"Antônio Carlos Magalhães não se preocupa se o correio vai bem ou mal", esclarece Pedro Porcino. E acrescenta: "Os entreguistas querem é quebrar o monopólio postal dos Correios e passar o file-mignon para as multinacionais. Já existe um projeto do deputado malufista Álvaro Gaudêncio abrindo as portas do serviço postal às multinacionais. ACM não moveu uma palha contra a quebra do monopólio".



Pedro Porcino (na foto menor com Tancredo) foi um dos líderes das greves em São Paulo em 1985

Mineiros de Sergipe não aceitam demissões

Os 1.500 operários da primeira mina de potássio do Brasil, em Sergipe, iniciaram quinta-feira dia 14 uma greve que paralisou inteiramente a produção. Na noite anterior eles souberam da demissão de 17 companheiros, inclusive dez diretores de sua associação, a Apemise; imediatamente convocaram uma assembléia e pela madrugada já começavam o movimento.

Localizada no município de Rosário do Catete, a 35 quilômetros de Aracaju, a mina é explorada pela Petromisa, subsidiária da Petrobrás. A empresa, a princípio, chamou a polícia para desalojar os grevistas. Após negociações, desistiu desse intento mas entrou com uma ação de reintegração de posse na justiça, procurando caracterizar uma ocupação das instalações que na realidade não existe.

Pelo contrário, os grevistas trataram de manter em funcionamento os setores cuja paralisação causaria danos permanentes, como o salmoroúdo, a subestação de energia, os poços 1 e 2 e a pressurização. Apenas pararam a extração, comparando diariamente à mina, mas sem trabalhar. Como a Petromisa cortou os transportes e a alimentação, eles

comem as refeições, em embalagens "quentinha", que os operários da Nitrofértil lhes enviam em sinal de solidariedade. Duas vezes por dia, uma equipe de mineiros desce às galerias, para averiguar suas condições de manutenção.

CAMBALACHO DA TED

Juntamente com os empregados diretamente pela Petromisa encontram-se vários operários assalariados por empreiteiras, algumas delas poderosas, como a Oderbrecht. Uma dessas gatas, a TED, tem uma estranha relação com a Petromisa, que cheira a cambalacho. Os trabalhadores prestam concurso na subsidiária da Petrobrás, mas ao serem contratados vão para a TED. Alega-se que é apenas para um estágio de 90 dias, mas a situa-

ção se prolonga por um ano ou mais. Quando o operário finalmente é admitido na Petromisa, primeiro tem de assinar um pedido de demissão da TED, sem direitos. "Queremos saber quem é o dono da TED", dizem os mineiros, que suspeitam do nome do sr. José Edilson Távora, presidente da Petromisa.

Além da reintegração dos demitidos, os operários do potássio reivindicam a incorporação da taxa de periculosidade aos salários, pagamento de adicional noturno para todos e aumento real. Denunciam que a TED atrasa constantemente os pagamentos e "esquece" de pagar horas extras. A greve na mina sergipana tem recebido a solidariedade de vários setores, além dos trabalhadores da Nitrofértil. Diversos sindicatos urbanos lançaram notas de apoio. Na quarta-feira, dia 20, eles receberam a visita de representantes da CGT, acompanhados pela Contag, a Fetag sergipana e cerca de 20 sindicatos de trabalhadores rurais. (da sucursal)



Os operários sustentaram, por 17 dias, uma das greves "mais participativas e unitárias já ocorridas"

Têxteis baianos não dão tréguas ao pó da China

Depois de 17 dias de greve, os 1.500 operários das empresas têxteis Sisalina e Stella Azzurra, do Centro Industrial de Aratu, Simões Filho, Bahia, tiveram conquistas expressivas, inclusive medidas contra o envenenamento pelo pó da China. A mobilização, porém, continua, pois há evidente má-vontade patronal em cumprir o acordo que pôs fim à paralisação.

Ficou acertado, por exemplo, o fornecimento de fardamento e equipamentos de segurança para o manuseio do pó da China (pentaclorofenato, um produto altamente tóxico) e ainda exames médicos mensais dos operários com acompanhamento do Sindicato dos Têxteis, para verificar contaminações. No entanto, os operários quando precisam de ir ao serviço médico são obrigados a aguardar o atendimento na porta da fábrica, expostos à chuva e sol. Na Sisalina, a chefia não aceita atestados médicos e qualquer falta, por mais justificada que seja, provoca advertências e suspensões. E o chefe do setor de serviços gerais, sr. Neolin, anda armado dentro da empresa, tratando os operários com gritos e xingamentos.

do Ministério do Trabalho e outras conquistas.

Outro importante fruto do movimento foi a extensão da base do combativo Sinditêxtil (Sindicato dos Têxteis de Salvador, Simões Filho e Camaçari). Agora, as empresas que produzem cordas (caso da Sisalina e da Stella), fibras artificiais e sintéticas (Banylsa, Cobafi, Fisiba, Cata e outras) passam a ser oficialmente representadas pelo Sinditêxtil. Conforme comenta Elizete de Souza, diretora do sindicato, "isso impede que no futuro os patrões fujam das nossas cobranças pas-

sando para um sindicato fantasma, como foi o caso da Sisalina e Stella que, em 1981 e 1983, se desvincularam do Sinditêxtil e se enquadraram num sindicato inoperante, o de Beneficiamento de Fibras Vegetais."

Durante a paralisação o Sinditêxtil já assumiu na prática o comando da luta, inclusive pelo novo enquadramento sindical. "Enfrentamos grandes obstáculos - comenta Elizete - para arrancar o enquadramento. Imagine que fomos obrigados a ir à Brasília, participar da reunião da comissão de enquadramento. Levamos tudo que tínhamos direito: corda, fio, pó da China... Mas valeu o esforço. Veja o edital: realmente é uma decisão irreversível!"

(da sucursal)

Justiça Federal suspende a posse de Abdias em Niterói

A eleição da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ), realizada no mês passado, voltou ao marco zero. A Justiça Federal, após avaliar o pedido de anulação do pleito encaminhado por operários do estaleiro Mauá e da Setal, decidiu suspender a posse de Abdias dos Santos - que também é tesoureiro-geral da CUT.

No pedido de anulação, os trabalhadores apresentaram várias denúncias e argumentaram que a eleição foi manipulada. Entre as principais

irregularidades do pleito está o fato de Abdias ter impedido de votar cerca de 200 metalúrgicos sindicalizados e com as contas em dia no sindicato. A Justiça agora vai averiguar o caso e poderá anular a eleição.

Para tirar ainda mais o sono do dirigente cutista, a assembléia dos metalúrgicos recentemente realizada para avaliar as contas do Sindicato dos Metalúrgicos desaprova a gestão financeira da diretoria. Os operários acusam Abdias de malversação dos recursos da enti-

dade. Ele teria dado sumiço a volumosa indenização dos metalúrgicos do estaleiro Mauá.

Dando demonstração de desespero, o tesoureiro da CUT parte agora para a provocação anticomunista mais barata. Nesta semana foram distribuídos panfletos nas fábricas com o título "PC do B desafia metalúrgicos". Estes contêm uma série de mentiras. Não levam em conta que foram os próprios trabalhadores que pediram a anulação do pleito fraudado.

EXEMPLO DE UNIDADE

A greve na Sisalina e na Stella, que encerrou-se em 7 de julho, é considerada em setores sindicais como uma das mais participativas e unitárias já ocorridas na Bahia. Durante 17 dias nenhuma máquina produziu. O resultado, além do controle do pó da China, inclui 10% de aumento salarial real, reintegração dos 4% de produtividade (antes retirados na Sisalina), insalubridade para o pessoal da produção após perícia



A CGT e o Sinditêxtil, presentes na luta, saíram fortalecidos

Saldo positivo na greve dos operários da Belgo Mineira

O balanço da greve na Belgo Mineira, em João Monlevade (MG), encerrada esta semana, indica o saldo positivo da mobilização dos metalúrgicos. Após enfrentar a truculência da multinacional, eles conquistaram várias de suas reivindicações, inclusive a readmissão de 193 companheiros. Isto se deveu à forte organização e ao grande apoio popular.

A paralisação foi deflagrada em 17 de julho, como fruto da revolta dos operários diante da arrogância da empresa. A Belgo vivia pressionando os trabalhadores; não cumpria os acordos coletivos; apresentava constantemente listas de demissões como forma de ameaça. Além disso, pagava salários baixos e piorava a cada dia as condições de trabalho.

Nos últimos meses, a empresa passou dos limites. Deixou de cumprir várias ausas ganhas na justiça do trabalho pelos operários e contratou firmas empreiteiras para fazer o trabalho dos metalúrgicos dispensados - pagando salários inferiores o da categoria.

A greve, que colocou-se como única alternativa para brigar a empresa a recuar, foi bem organizada pelo sindicato. As reivindicações xadãs, discutidas exaustivamente na base, expressavam os anseios da categoria. Tanto que, no primeiro dia de paralisação, 100% dos operários de João Monlevade aderiram ao movimen-



O apoio da população foi fundamental para o movimento grevista

Diante da greve, a empresa radicalizou. Reprimiu os operários da trefilaria de Contagem, chegando inclusive à agressão física. Nas unidades de Sabará e Vespasiano, manteve a mesma postura arrogante. Em Monlevade veiculou notícias falsas nos órgãos de comunicação da burguesia. Introduziu pistoleiros no interior da fábrica e usou da tropa de choque da PM. Além disso, demitiu 193 trabalhadores - principalmente ativistas.

GRANDE UNIDADE

Apesar de todo esse aparato, a Belgo se deu mal. A população entendeu a justiça da movimentação e colocou-se ao lado dos metalúrgicos. Entidades populares e sindicais, partidos políticos, mulheres, comércio e Igreja deram apoio aos grevistas. Exemplos disso: a cozinha montada na porta da empresa e a coleta de fundo de greve.

No final, a multinacional teve que recuar. Readmitiu os operários dispensados

durante a paralisação; vai pagar os dias parados e adicional noturno de 40%; complementar o auxílio previdenciário. Ela ainda concordou em negociar com o sindicato as demais reivindicações até 5 de setembro. Tudo isto se constituiu numa grande vitória dos metalúrgicos.

Diante dessa nova situação, os operários retornaram ao trabalho. Mantém-se porém atentos e acumulam forças para nova luta, caso a Belgo tente novamente desrespeitar seus direitos.

Desde os momentos iniciais da greve, o PC do B teve atuação destacada. Deu todo apoio material e político à movimentação. Justamente por esta participação efetiva, foi aplaudido pelos operários em várias ocasiões. No final da paralisação, o médico e candidato do partido a deputado estadual, Luiz Amaral, foi carregado pelos metalúrgicos na rampa da portaria da fábrica. (da sucursal)

Metalúrgicos em "estado de greve"

Mais de 1.500 metalúrgicos baianos, reunidos em assembléia da campanha salarial no último dia 15, decretaram o "estado de greve" em resposta à intransigência dos patrões. Estes continuam se negando a atender as reivindicações da categoria, que a cada dia que passa aumenta a sua mobilização e cria as condições para deflagrar uma paralisação.

Para Renildo Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e vice-presidente regional da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), a contraproposta de aumento salarial apresentada pelos empresários "é ridícula e revoltou a base". Ele avalia que a campanha salarial está chegando a sua fase decisiva e que até o momento os patrões atenderam apenas algumas cláusulas traba-

listas. Numa atitude desrespeitosa aos trabalhadores, os empresários inclusive recuaram na sua proposta original de aumento (de 11,3%), oferecendo agora apenas 5%.

Os metalúrgicos, na assembléia geral do dia 15, fixaram a pauta de reivindicações em 25% de aumento, piso salarial de três salários mínimos, férias remuneradas em dobro e outros itens. E o pique de mobilização da categoria vem num crescendo. Na preparação da campanha foram feitas várias greves por fábricas, que resultaram em aumentos, como na Metalbasa, Tuperba, Cimba, Atlas Villares.

No próximo dia 22 os trabalhadores realizam nova assembléia para definir os rumos do movimento. Antes, esperam receber a

resposta dos patrões às suas exigências. "Caso o patronato continue a endurecer o jogo - afirma Renildo Souza -, a resposta será aumentar a mobilização e a luta para quebrar a intransigência e inclusive deflagrar a greve geral da nossa categoria". (da sucursal)



Renildo: "Contraproposta ridícula"

Mil delegados no congresso da CGT gaúcha

A CGT (Central Geral dos Trabalhadores) realizou nos dias 11 e 17 de agosto, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, seu congresso estadual gaúcho - quando ratificou as resoluções aprovadas no congresso nacional de marco, definiu um plano de lutas e elegeu sua diretoria. O presidente da CGT estadual recém-eleito é José Schulte, que preside também a Federação dos Comerciantes. Participaram do encontro 980 delegados representando 146 entidades sindicais.

Sobre a Constituinte, as principais decisões do plenário foram pela criação de uma representação classista de operários e campones-

no Congresso Nacional, a extinção do Senado, a suspensão do pagamento da dívida externa, uma reforma agrária antilatifundiária. Sobre este ponto, a CGT-RS resolveu integrar o dia nacional de luta pela reforma agrária, em 26 de agosto, promovendo atos em diversas cidades do Rio Grande do Sul.

O metalúrgico José Freitas, candidato à Constituinte, eleito para o conselho fiscal da CGT-RS, frisou que o congresso foi importante por aprofundar e detalhar o nível estadual das orientações definidas em plano nacional e as propostas que os trabalhadores devem defender na Assembleia Constituinte.

Já José Schulte afirma que agora os trabalhadores gaúchos terão melhores condições de encaminhar de forma unitárias suas reivindicações históricas. Lembrou, também, que foi decisão do encontro apoiar todos os candidatos neste 15 de novembro que se comprometam com as propostas defendidas pelo movimento sindical e popular.

Setores presentes ao congresso, no entanto, consideraram que a escolha da diretoria da CGT, mesmo significando um avanço, não refletiu devidamente as exigências de um movimento sindical ativo. (da sucursal)

Cerâmica Norguaçu trata operários como escravos

A Cerâmica Norguaçu, do Crato, sul do Ceará, tem feito da vida de seus operários um verdadeiro inferno. As condições de trabalho lembram o tempo da escravidão: os empregados são obrigados a prestar mais de oito horas de serviço sem receber hora extra; inalam vapores e pós altamente tóxicos; na sala do forno ficam expostos a temperaturas altíssimas sem nenhuma proteção.

Periodicamente ocorrem acidentes de trabalho, muitas vezes com mutilação dos

corpos das vítimas. Há alguns dias o sr. Adão, que trabalhava no forno, foi vítima de uma paralisação facial por ter adormecido no chão do lugar onde trabalha que é bastante úmido, contrastando com a alta temperatura do forno.

Sem sombra de dúvidas o maior problema é enfrentado pelas mulheres. Quando casadas, são obrigadas a fazer ligação das trompas para poder conseguir emprego.

As gestantes são despedidas

sumariamente. Até o tempo para ir ao banheiro é controlado. Cada pessoa tem apenas 10 minutos para fazer suas necessidades. Caso esse prazo não seja obedecido o infrator fica sujeito a penalidades.

O Sindicato da Construção Civil está atento a tais fatos. Apesar dos problemas que enfrenta, está tentando fazer um trabalho de organização e conscientização dos trabalhadores da Cerâmica Norguaçu. Os trabalhadores estão atendendo ao chamado do sindicato procurando-o constantemente para fazer denúncias e reclamações. Em contrapartida, a chefia da Cerâmica está fazendo uma verdadeira campanha de perseguição aos dirigentes e associados do sindicato.

Recentemente foram demitidos seis associados. E ao que parece a empresa está disposta a demitir todos os funcionários que frequentam a entidade, conforme afirmou um dos chefes. Os dirigentes sindicais que trabalham na firma também estão sendo pressionados, suspensos sem motivos ou então são obrigados a realizar funções mais cansativas e humilhantes.

Os responsáveis por esta onda de perseguições e demissões são os chefes do departamento de pessoal, em particular o sr. Wagston, que se utiliza de funcionários "dedos-duros" para delatar seus próprios colegas de trabalho.

O Sindicato da Construção Civil pretende fazer uma grande campanha de mobilização visando barrar as demissões e exigindo o fim das perseguições aos dirigentes e associados desta agremiação. (R.F.S.M. - CGT-Crato, Ceará)



fala o POVO

Segundo evidencia uma denúncia de Crato, onde trabalhadores de uma empresa de cerâmica não têm seus direitos respeitados, o trabalho escravo ou semi-escravo não acabou no Brasil. Basta ver que nesta empresa cearense as horas extras não são pagas, as condições de trabalho lembram a da senzala e assim por diante.

A solução para problemas de tal profundidade passa pelo trabalho do sindicato da categoria, que inclusive vem procurando mobilizar os trabalhadores por seus direitos. Mas o ano da Constituinte é um período privilegiado para que estas denúncias venham à tona e estes problemas encontrem solução. (Olivia Rangel)



Horistas da Siemens não querem aumentar os lucros da empresa

Há muito tempo que a Siemens vem pedindo para seus funcionários sugestões para melhorar a produção e reduzir seus gastos.

Em todos os setores da fábrica existem cartazes com a frase: "Quem procura, acha", incentivando para que essas idéias sejam rápidas e lucrativas para a empresa.

Quando a sugestão é aproveitada o autor da mesma recebe uma viagem para conhecer a usina de Itaipu e uma pequena quantia em dinheiro. Alguns funcionários ainda não perceberam que suas idéias causam demissões de outros companheiros, sejam da Siemens ou de outra empresa.

O interesse do patrão é aumentar seus lucros reduzindo seus gastos, a partir de uma idéia dos operários. Isso implica em demissão imediata de vários trabalhadores.

Há pouco tempo os funcionários da Siemens da fábrica da Lapa realizaram



uma greve da qual participaram todos os horistas. Neste momento importante da luta de classes, que foi a greve, levamos nossas sugestões que foram: comissão de fábrica, aumento real, esta-

bilidade no emprego. Nossa greve durou 12 dias. E se não conquistamos tudo o que queríamos tivemos uma vitória, principalmente a organização dos trabalhadores.

São idéias deste tipo que devemos dar para ir acabando com a exploração patronal. Lembre-se, "quem procura, acha". (Tribuneiros da Siemens - São Paulo, SP)

Associação de Moradores não se vende

Conhecendo a influência de nossa entidade, políticos divorciados das lutas populares enviaram um mensageiro com propostas indecorosas para que dessemos apoio a suas candidaturas, pretensamente do PMDB.

Estes políticos nos ofereceram C\$ 500 semanais e mais C\$ 4.000 mensais para que fizéssemos campanha para eles. De imediato recusamos a oferta pois ela não se coaduna com nossos princípios. Temos um passado de lutas. Eu comecei em 1946, aos 17 anos. Participei da luta pela Constituinte, da campanha vitoriosa do "Petróleo é Nosso"; colaborei com diversos movimentos grevistas. E já naquela época apoiéi os candidatos do PC do B.

Não seria hoje que, depois de tantas lutas, depois de atravessarmos o período

negro da ditadura militar, onde fui preso político em 1964, que vou mudar de comportamento.

Sou um motorista aposentado, recebo menos de um salário mínimo. Mas tenho dignidade e altivez para protestar contra estas atitudes dos poderosos.

Lembramos que estamos desenvolvendo aqui em Ouro Preto, Olinda, um trabalho de apoio aos candidatos Luciano Siqueira, atual deputado estadual candidato a Constituinte e Renildo Calheiros, ex-presidente da UNE, a deputado estadual.

Lembramos ainda que nosso trabalho é a base de colaboração, sem remuneração nenhuma. Depois de 40 anos de lutas ao lado do PC do B já sabemos o que queremos. E destacamos que proposta como esta entravam o



avanço da democracia. (Francisco Machado Mota - presidente da Associação

dos Moradores da Comunidade de Ouro Preto - Olinda, Pernambuco)

Posseiros se organizam em Nova Iguaçu

Há três meses 60 famílias camponesas ocuparam uma área da fazenda São Bernardino em Vila Cava, Nova Iguaçu. Desta fazenda foi reservada uma área com um casarão que está abandonado mas faz parte do patrimônio histórico do municí-

pio. Os companheiros logo começaram a fazer a decisão das terras que hoje abrigam 300 famílias inscritas. Em sua maioria ainda vivem em barracos improvisados e enfrentando dificuldades

com alimentação, remédios e material para construção. Mas contam com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e de algumas comunidades. A comissão de direção já está pensando na criação de uma entidade para represen-

tar os camponeses da área. Todo sábado tem reunião para manter acesa a chama do união que vai garantir que todos os problemas que venham acontecer possam ser superados. (Tribuneiros de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro).



Mário Carneiro apresenta as teses do PC do B na Câmara Municipal de Guarulhos

Teses do PC do B chegam à Câmara de Guarulhos

No dia 13 de agosto, o jovem Mário Carneiro dos Santos apresentou aos vereadores de Guarulhos e ao público presente na Câmara as propostas do PC do B para a Assembléia Nacional Constituinte.

Falando da tribuna livre instituída pela Casa para que os representantes da sociedade civil possam levar suas reivindicações, Mário também discorreu sobre as enormes dificuldades que a população da periferia de sua cidade enfrentam.

O presidente da Câmara Municipal foi apresentado com a última edição do jornal "A Classe Operária" contendo a íntegra das posições dos comunistas. Na ocasião Mário foi congratulado pelo vereador Gilmar Lopes, vice-líder do PMDB, que afirmou serem "as idéias do PC do B muito valiosas para o avanço demo-

crático em nosso país". Ao mesmo tempo, o vereador fez um apelo ao presidente da mesa que encaminhe ao prefeito um pedido de resposta às reivindicações dos moradores do Jardim Dona Luíza, que até hoje esperam medidas urgentes para alterar as precárias condições de transporte, moradia, iluminação e atendimento médico, entre outras reivindicações.

Ao final da sessão Mário foi cumprimentado por alguns vereadores, que elogiaram a iniciativa do discurso. E acrescentaram que fatos como aqueles deveriam se reproduzir em outras sociedades amigos de bairros e entidades populares, inclusive realizando mutirões de divulgação e venda de exemplares das teses para que o povo possa ter acesso às propostas por uma Constituinte democrática e progressista. (Tribuneiros de Guarulhos, São Paulo)

Vento novo no STR de Barro, no Ceará

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barro, a 400 kms de Fortaleza, tem nova diretoria, que tomou posse para um pleito de três anos.

A solenidade se realizou no Clube União Barrense e contou com a presença de mais de 100 lavradores. Entre eles os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Milagres, Brejo Santo e Abaíara, representações sindicais de nove distritos, entre os quais Iara, Serrote e Engenho Velho. Também compareceram o representante do Funrural e o Padre Cabral, vigário da Paróquia de Barro.

O sindicato tem um papel destacado na organização dos camponeses e na defesa de seus direitos. Conta com 4 mil filiados e participou da construção da CGT, à qual é filiado.

O presidente empossado, Francisco de Assis de Souza, o "Diassis",

já é conhecido pela sua firme luta em defesa dos camponeses. Foi presidente do Sindicato em 1979 quando foi perseguido pelos latifundiários. Passados sete anos, volta à frente da entidade, "disposto a enfrentar as mesmas dificuldades daquela gestão, com perseguição e denúncias".

José Gonçalves, liderança do Sítio Carnaúba, mostrou coragem e refletiu o anseio de mudança dos lavradores oprimidos pelo latifúndio na região ao dizer: "... Devemos caminhar nesta luta sem medo e tomarmos consciência de classe, lutar pela nossa libertação. Não vamos ficar de braços cruzados".

Francisco de Assis, o presidente eleito, arrancou aplausos ao denunciar a UDR como "uma entidade terrorista, assassina e de perseguições aos camponeses que lutam por um pedaço de terra para plantar". (Rafael Lima - Crato, Ceará)

Secundaristas de Teresina fundam entidade municipal

Reunidos em Assembléia, na tarde do dia 11 de agosto de 1986, no auditório do Liceu Piauiense, cerca de 30 grêmios estudantis, centros cívicos e comissões pró-grêmios, de Teresina, fundaram a União Municipal dos Estudantes Secundaristas - UMES.

Edmundo da Rocha - 2º secretário; 1º secretário de Finanças, Manoel Messias Borges; 2º secretário de Finanças - Cremlton Silva; sec. assuntos externos - Claudionor da Silva; esporte, Marco Antônio da Paz; cultura - José Pereira; social - José Silva.

A UMES é uma entidade representativa dos estudantes de Teresina, que tentará resolver de imediato os problemas em relação às carteiras de estudantes. A direção provisória ficou assim constituída: Jorge Almeida de Oliveira - presidente; Ana Paula Zampa - vice-presidente; Claudete Leitão Martins - Secretária.

Logo após a assembléia os estudantes e a diretoria da UMES promoveram passeata pelo centro da cidade até a Pedro II para comemorar o dia dos estudantes e a fundação da entidade. A atual diretoria trabalhará de acordo com as propostas aprovadas no congresso da UMES, que terá um mandato de seis meses. (José Messias de Andrade Junior - Teresina, Piauí)

Shevqet Musaraj, escritor e revolucionário albanês

Faleceu recentemente o escritor albanês Shevqet Musaraj, "um dos iniciadores mais capazes da literatura do realismo socialista" na Albânia, no dizer do presidente da Liga dos Escritores e Artistas daquele país, Dritero Agolli.

Desde jovem imbuído de idéias progressistas, Shevqet (nascido em 27 de abril de 1914) participou da luta contra o tirano rei Zog, ligou-se aos grupos comunistas e colaborou com a revista revolucionária "ABC". Foi militante do Par-

tido do Trabalho da Albânia desde os primeiros tempos de existência da organização. Integrou a primeira redação do órgão central do partido, "Zeri i Popullit", ao lado de Enver Hoxha.

Segundo o crítico albanês Dhimiter S. Shuteriqi, Musaraj "foi um homem de fino humor. Com 'Epopéia do Balli Kombetar', descrito e publicado entre duas grandes operações de guerra do inimigo, no inverno e no verão de 1944, ele, com sua sátira, não apenas golpeou duramente a organização de traição nacional (Balli Kombetar), mas também se tornou o iniciador principal de uma nova literatura na Albânia, o que é um mérito histórico seu".

Shuteriqi sublinha ainda que Musaraj "se destacou como poeta e publicista, depois dedicou-se à novela e ao romance, onde sua ajuda foi importante para o desenvolvimento da nova prosa albanesa. 'Antes da Aurora', sua obra-prima, pertence a esse segundo período da criação de Shevqet. Este romance é inspirado por uma matéria vital muito rica: a luta que o autor travou, com uma mão no fuzil e outra na pena."



Shevqet Musaraj, um dos fundadores do realismo socialista albanês



Em "A cor púrpura" Spielberg faz uma denúncia do preconceito racial, num filme sobre o poder

Pigmentação social num filme de Spielberg

"A cor púrpura", o primeiro filme com pigmentação social de Spielberg, os personagens construídos são todos negros. Os brancos não participam do cotidiano, são um grupo separado que, quando interfere, o faz pela ação e que é sistematicamente prejudicial aos negros que, por sua vez, sabem o seu lugar (seu bairro, seu cabaré, sua igreja, sua música, sua mulher) e o aceitam com certa resignação diante da força das instituições que são uma prerrogativa dos brancos. Mas esse é apenas o pano de fundo: "O racismo é um fenômeno político, econômico, epidérmico... Ninguém está totalmente livre de senti-lo ou provocá-lo. Mas o racismo não é o verdadeiro tema do filme", declarou Spielberg em entrevista ao "Le Monde".

Realmente, a temática principal do filme é o poder e sua aplicação pelos que o detêm em seus variados graus e formas. Não é por acaso que, quando sua mulher Celie lhe comunica que vai deixá-lo, Johnson lhe diz: "Você é preta, feia, pobre e mulher. Não vale nada. Que vai fazer da vida?". Essa opressão de brancos sobre negros, belos sobre feios, ricos sobre pobres e, enfaticamente, homens sobre mulheres, é que dão a tônica do filme. Mas Spielberg, como ele mesmo diz, é um otimista e por traz de toda essa miséria, crueldade, ignorância e confinamento, as pessoas aprendem a sorrir e a beijar.

Talvez seja este o melhor trabalho de Spielberg. A câmara move-se como que por instinto, está sempre no lugar certo mostrando-nos o que desejamos ver no momento exato. Sem os efeitos especiais de costume, Spielberg deixa o emocional fluir criando um clima denso que nos joga dentro da tela, sentimos a dor e o alívio dos personagens. Só quem não percebeu isso foram os senhores da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood, que não lhe deram nenhum Oscar. (Valdir Batista)



O racismo no cinema

O racismo sempre foi uma das características da sociedade americana. Considerado o primeiro grande filme da história do cinema, "O nascimento de uma nação" de Griffith, apesar de sua narrativa criadora de linguagem que viria a influenciar Eisenstein decisivamente, explorava o preconceito racial: os negros eram culpados pela Guerra de Secessão e suas conseqüências, e a Ku Klux Klan surgia como arma da "justiça" para devolvê-los ao estado de subserviência. Aliás, cinema e racismo sempre convivem nas diversas latitudes do globo, desde formas grosseiras como na Alemanha Nazista, com filmes tipo "O judeu errante", documentário que tenta explicar "cientificamente" a "inferioridade biológica" dos semitas, ou em formas mais sutis como no cinema americano, onde o western justificou o massacre indígena, as comédias e musicais mostravam frequentemente estrangeiros (em especial latino-americanos e asiáticos) como personagens estereotipados com

ridículos maneirismos e situações jocosas, ou negros situados entre a mera ausência, a caracterização como marginais e subalternos ou o pieguismo materialista que os colocava como imbecis dóceis e servis.

Na década de 30, a segregação racial nos Estados Unidos abarcava desde as salas de cinemas separadas para os negros até uma produção específica para esse público de fitas exclusivamente com atores negros, em esmagadora maioria musicais. "Aleluia" de King Vidor e "Uma cabana no céu", de Vincent Minelli, exemplares desse gênero tidos como obras-primas pelos críticos, por motivos óbvios têm até hoje circulação restrita, dentro e fora dos EUA. Posteriormente, filmes honestos como "Audazes e malditos" de John Ford ou "A libertação de L.B. Jones" de William Wyler, tratavam os negros e colocavam a questão racial com dignidade. "A cor púrpura" vem inserir-se nessa linha.

As atrações da Bienal do Livro

Começou no dia 21, e permanece até o final do mês, a 9ª Bienal Internacional do Livro, no Parque do Ibirapuera, São Paulo. Estão previstos mais de 600 mil visitantes, que entrarão em contato com 100 mil títulos. De 80 a 100 escritores darão autógrafos nos 192 stands, onde conversarão com os leitores. Dentre eles, Fernando Sabino - uma das consagrações da crônica brasileira - e a chilena Isabel Allende (sobrinha do presidente deposto e assassinado pelos generais de lá).

Os Cz\$ 15,00 que o visitante paga na entrada podem ser descontados na compra de qualquer livro. Além disso, o comprador receberá um "cheque livro", que lhe proporciona um desconto de 10% de seus gastos na Bienal em qualquer livraria do país.

Estarão representados na imensa livraria 23 países, inclusive, pela primeira vez, a literatura produzida na Nicarágua Sandinista.

Para os pais, a facilidade de uma creche no recinto mesmo da exposição, que fica responsabilizada pelas crianças enquanto os adultos visitam a Bienal.



Uma réplica da prensa de Gutemberg funcionará nas dependências da Bienal



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
- Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
- Trimestral (13 edições) Cz\$ 33,00
- Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo. CEP 01318.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7511 (DDD 011)

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Símon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.

Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44000.

Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro - comércio antigo - Cines - CEP 47100.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60030. Iguatê: Rua Florentino Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63507.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.

Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, N.º 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7961. CEP 80000.

Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: Rua Barros, 144 - N.º 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Yigário Batista, 236. CEP 54500. Caruaru: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 170 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 204 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Penhoen, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448. Fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGÍPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Povo defende o congelamento

— Antes mesmo de seu lançamento oficial, quarta-feira, dia 20, começou o abaixo-assinado gigante encabeçado pela CGT, UNE, UBES e Conam exigindo manutenção do congelamento dos preços e punição aos especuladores; aumentos reais de salários; imediata agilização e ampliação da reforma agrária; suspensão do pagamento da dívida externa; respeito à liberdade de organização e de luta dos trabalhadores e movimentos populares. O lançamento deve dar novo impulso à mobilização em torno dessas reivindicações.

Entidades sindicais, estudantis, de moradores, homens e mulheres do povo têm abraçado o abaixo-assinado como se fosse seu. Todos esquentam os motores para colher o maior número possível de assinaturas, a serem encaminhadas ao presidente da República em data ainda não definida.

Não falta criatividade ao povo para distribuir o documento. Cada um faz como pode. Candidatos à Constituinte e à Assembléia Legislativa têm usado o documento como um importante instrumento de propaganda de sua plataforma. Ana Maria Martins, candidata a deputada estadual pelo PC do B, não saiu mais para fazer sua campanha eleitoral sem levar o abaixo-assinado. No domingo, dia 10 de agosto, ela colheu 850 assinaturas na feira do Jardim Robru, enquanto fazia sua propaganda numa kombi — ela discursava, se comprometia com as bandeiras do abaixo-assinado, e o povo ouvia, assinava e levava folhas para suas ruas, bairros e entidades. Um cantador cearense resolveu “fazer uma cantoria” junto com Lúcia, de Vila Rica. Foi uma verdadeira festa. Uma senhora que levou quatro folhas no começo da feira reclamou no final que “aquilo não dava prá nada”. E saiu com mais 12...

CRIATIVIDADE

Na Zona Leste foram criados 80 comitês domiciliares de apoio à candidatura de Orestes Quércia (PMDB) para o governo de São Paulo. Todos eles, sem exceção, levaram dezenas de folhas de assinaturas. Neste fim de semana mais 120 comitês deverão estar organizados, todos eles já comprometidos com o abaixo-assinado.

No domingo seguinte, a candidata Ana Martins, que é segunda tesoureira da Conam, foi fazer um comício no Itaim apoiando a reivindicação dos moradores por rede de esgoto. Recolheu 300 assinaturas. E cerca de 12 representantes de sociedades amigas de bairros também levaram o documento.

Ainda no dia 17 a União de Mulheres de São Paulo fez uma mini-Constituinte visando traçar uma plataforma a ser defendida pelo movimento feminino na Constituinte. Todas as 300 presentes assinaram o documento, lançado no ato, e a maio-

Na mesa do ato a presença de Almino, Rovilson, Bosco, Joaquim e Gisela. Abaixo um senhor assina o documento na porta de um supermercado



ria levou diversas folhas para colher assinaturas em seus respectivos bairros.

ORGANIZAÇÃO DO POVO

Há quem também faça o trabalho de formiga, passando de porta em porta, na periferia, para conseguir apoio para o abaixo-assinado, como uma monitora do Mobral que levou quatro listas para passar em sua rua.

O documento tem servido como forma de organização de entidades de bairro, como ocorreu no Jardim Indus-

trial. A Sociedade Amigos do Bairro está sendo organizada em torno do texto.

A UNE e a UBES enviaram abaixo-assinados para as entidades estudantis de todos os Estados. E esperam retorno. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo já enviou o documento para todos os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado. A Central Geral dos Trabalhadores tem divulgado o documento em cada sindicato. E a Confederação Nacional de Associação de Moradores tem feito o mesmo.

Bancários do Banco Itaú, cujo proprietário não apoia o documento, têm procurado distribuí-lo entre os colegas, mesmo que clandestinamente para não serem demitidos. E o documento passa de mão em mão... O mesmo ocorre com os funcionários do grupo Pão de Açúcar.

O responsável pela banca de documentos do PC do B na Praça da Sé, Josafá Fernandes, colheu 300 assinaturas em cinco dias “sem precisar fazer esforço”. Foi só expor o documento.

NOVO IMPULSO

O lançamento oficial, ocorrido na Câmara Municipal, deve dar novo impulso à iniciativa. Como afirmou o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, “temos que ser fiscais de nosso próprio bolso. A lei não pode existir só para os poderosos. O abaixo-assinado é uma advertência ao governo quanto aos enormes furos que vêm ocorrendo no congelamento dos preços. Quando faltou terra, houve ocupações. Agora, tem muito boi gordo nos pastos e o povo não tem carne para comer. Daqui a pouco pode se começar a laçar as rezes no pasto... Não somos pela violência. Mas entendemos que a maior violência é a falta de alimentos para o trabalhador. A carne sumiu de nossa mesa. Falta leite, falta tudo. E os salários foram congelados por baixo...”

O presidente da Conam, João Bosco, e os presidentes da UNE e da UBES denunciaram a maquiagem de produtos para aumentar os preços. E todos destacaram a importância do abaixo-assinado como uma forma de mobilizar o povo em defesa de suas reivindicações. “É a nossa resposta às UDRs, (União Democrática Ruralista), aos Caiados (latifundiário presidente nacional da entidade) a todos os que querem acabar com o congelamento dos preços”.

O ato de lançamento contou com a presença dos presidentes das entidades que encabeçam o abaixo-assinado, de Almino Afonso, presidente do PMDB-SP, Marcos Mendonça, líder da Câmara Municipal, representantes de partidos políticos, entidades sindicais, de bairro, estudantis e de mulheres. (Olívia Rangel)

GT MANTER O CONGELAMENTO APLICAR A REFORMA AGRÁRIA

Índice expurgado do governo não reduzirá o nível da inflação

O IBGE divulgou dois índices de preços para medir a inflação de julho. O primeiro, expurgado, apresenta uma evolução de 1,19%. Já o segundo, que considera os aumentos de fato verificados nos preços de carros, gasolina e passagens aéreas, atingiu 1,71%. A diferença é o que o governo pretende surrupiar dos assalariados, subtraindo-a da escala móvel e dos acordos trabalhistas.

Em função da metodologia utilizada para o cálculo do índice, o impacto dos reajustes decorrentes dos empréstimos compulsórios instituídos pelo governo serão mais fortes em agosto (segundo o IBGE, neste mês responderão, sozinhos, por alta superior a 2%).

INFLAÇÃO

Um dos objetivos anunciados pelo governo como desculpa para sua manobra estatística foi o de evitar uma nova escalada do processo inflacionário no país. Nada pode ser mais ilusório do que tentar modificar as alterações de preços efetivamente ocorridas por este meio; mesmo a história recente do país mostra que, com este método, mexe-se unicamente com o índice, não na evolução real dos preços.

E, ao contrário das expectativas do governo, a inflação tem apresentado um comportamento bastante desfavorável. Não só os índices do IBGE, mesmo com expurgo, mostram uma realidade muito distante da “inflação zero” idealizada pelos responsáveis pelo Plano Cruzado - e que devia ser garantida pelo congelamento. Até mesmo estimativas oficiais dão conta de que o índice até o final do ano poderá sepultar o otimismo de certas autoridades. Ao lado disto, o custo de vida medido pela Fipe denunciou uma alta de 2,24% nas quatro semanas compreendidas entre 14 de julho e 10 de agosto, registrando aumentos da carne, frutas e tubérculos, entre outros - uma evidência de que o tabelamento vem sendo sistematicamente burlado.

Pior que isto, no entanto, são os reajustes ignorados pelas estatísticas. O ágio - e é o governo quem o diz - virou moda. As novidades (produtos com nomes, embalagens e principalmente preços diferentes, tendo contudo, qualidade inferior aos anteriores) inundam o mercado. Carne de segunda é vendida pelo preço da de primeira e as fraudes - junto com a escassez - são incontáveis. Constituem evidentemente formas (descaradas) de desrespeitar o congelamento.

FRAUDES

Mas até mesmo o governo prefere atribuir essa situação ao crescimento da demanda. Também aí o que comete é mais um embuste. Ele mesmo sabe e divulgou recentemente - que, para citar um só exemplo, o consumo *per capita* de carnes reduziu-se de 22 quilos em 1977 para 13 quilos no ano passado; tudo isto para viabilizar as exportações do produto (e, não custa lembrar, garantir o pagamento dos juros externos).

De uma forma geral o consumo *per capita* no país foi em 1985 cerca de 6% inferior ao de 1981. Isto - convém repetir - é um indicador geral da redução do mercado interno nos últimos anos. Na verdade, os prejuízos não foram distribuídos de forma equânime. Os trabalhadores, como sempre, pagaram mais. O que o governo não conta, nem gosta que se revele, é que este achatamento do mercado interno foi simplesmente indispensável para assegurar os lucros dos agiotas internacionais; com efeito, sem isto (ou seja, sem aumentar a miséria e a fome do povo) seria simplesmente impossível pagar a dívida. Desta forma, falar em perigo da explosão do consumo, ameaçando com a inflação, é zombar da paciência popular. Cumpre acrescentar, além disto, que os sonegadores (principalmente os latifundiários da pecuária) continuam atuando livremente.

“O documento saiu como água”

Geraldo Soares, membro da CIPA da Siemens, vem dando um exemplo de como distribuir o abaixo-assinado. “Este documento - disse ele - é indispensável para o povo conseguir essas reivindicações como manter o congelamento dos preços, aumento de salário; reforma agrária e outros pontos. Todo operário deveria assinar e também distribuir este abaixo-assinado porque ele atende às nossas reivindicações. E ajuda o povo a se mobilizar para garantir o congelamento que já está dando muito furo.

“O documento responde tanto às ansiedades da população e dos operários, que tem saído como água. Quando a gente vai distribuir todo mundo assina e quer levar lista prá casa. Até parece que estamos dando dinheiro para o povão.

“Comecei distribuindo o abaixo-assinado na minha seção, a inspeção de caldearia, que tem 115 operários. Só quatro não quiseram assinar, por atraso, por não compreender a importância do documento. Até agora já colhi 350 assinaturas na fábrica e tem mais 10 folhas (com 25 assinaturas cada uma) correndo pela

empresa.

“Todos os setores da fábrica pegaram folhas para distribuir. Até alguns mensalistas (o pessoal administrativo) toparam assinar. Só não conseguimos mais assinaturas na administração porque nós, operários, temos pouco contato com o pessoal do escritório. Mesmo assim está começando a passar por lá também”.

Geraldinho, como é conhecido, acha que, com o lançamento oficial do abaixo-assinado, muito mais gente vai assinar. “Afinal - disse ele - a CGT, a Conam, a UNE e a UBES estão lançando documento mas pedindo para que todos o assinem e assumam a distribuição. Não é um documento de uma entidade ou de um partido. É um documento que a esmagadora maioria do povo brasileiro pode assinar. Espero que ele ganhe força nas fábricas. Os operários precisam de melhoria salarial. O abaixo-assinado pode ser um dos instrumentos fortes da nossa luta, porque toda a sociedade assinando ajuda a pressionar os patrões. Eles precisam entender que os trabalhadores têm direito a salários dignos”.



Geraldinho divulga o abaixo-assinado na Siemens



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois